

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA EM SÃO FRANCISCO DE PAULA  
CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* – MESTRADO EM AMBIENTE E  
SUSTENTABILIDADE

ALINE KELLERMANN

**REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE DA ILHA DOS LOBOS: FORMAÇÃO E  
CARACTERIZAÇÃO DO SEU CONSELHO GESTOR**

Dissertação de mestrado

**SÃO FRANCISCO DE PAULA**

2018

**ALINE KELLERMANN**

**REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE DA ILHA DOS LOBOS: FORMAÇÃO E  
CARACTERIZAÇÃO DO SEU CONSELHO GESTOR**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ambiente e Sustentabilidade, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Ambiente e Sustentabilidade**.  
Orientador: Dr. Paulo Henrique Ott  
Coorientador: Dr. Walter Steenbock

**SÃO FRANCISCO DE PAULA**

2018


ALINE KELLERMANN

**Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos: formação e caracterização do seu  
Conselho Gestor**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Conservação e manejo da biodiversidade

Data de aprovação: 20 de ABRIL de 20 18.



Dr. Marcelo Maisonette Duarte (Uergs)



Dra. Aline Reis Calvo Hernandez (Uergs)



Dra. Gabriela Coelho-de-Souza (UFRGS)

## **AGRADECIMENTOS**

À Uergs e todos os professores do Mestrado profissional em Ambiente e Sustentabilidade pela dedicação e comprometimento com o desafio de iniciarem o primeiro mestrado desta universidade. Ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) pela licença capacitação e por ter me proporcionado esta experiência profissional.

Ao conselheiro, professor e orientador Paulo Henrique Ott, por acompanhar este processo desde o início, antes mesmo do mestrado. Pela troca, incentivo e confiança. Ao Analista Ambiental do ICMBio Walter Steenbock, por aceitar o convite de coorientar este trabalho e pela sua experiência profissional. Ao professor Vinícius Martins (Uergs) pelo auxílio na elaboração dos questionários.

Aos conselheiros do Revis Ilha dos Lobos pelo acolhimento desde a minha chegada em Torres, em 2015, e pela confiança no trabalho de construção deste conselho. O conselho tem proporcionado um constante aprendizado e desafio de buscarmos juntos a melhor forma de conciliarmos a implementação da UC com os diversos interesses.

À equipe do Revis Ilha dos Lobos e todos que passaram por ela que sempre contribuíram para um ótimo ambiente de trabalho. Aos vários colegas do ICMBio que além de servirem de inspiração pela forma de trabalho, também auxiliaram na troca de ideias e experiências, um agradecimento especial à Camilla H. da Silva e a Carolina M. C. Alvite que contribuíram com a sua energia e experiência técnica.

Aos meus pais por sempre acreditarem em mim, pelo amor e apoio de sempre. Minha irmã por estar sempre perto e minhas sobrinhas por bombearem meu coração de amor e ternura. Ao Cau Guebo pelo apoio ao longo do mestrado e por ter trazido ainda mais amor a minha vida. A amiga Luisa Troncoso não só por escutar os desabafos e me fazer rir deles, mas por estar sempre presente.

Por fim, gratidão imensa ao universo por me proporcionar tantas coisas lindas de serem vividas.

A ciência pode classificar e nomear os  
órgãos de um sabiá, mas não pode medir  
seus encantos.

Manoel de Barros

## RESUMO

A formação do conselho gestor de uma Unidade de Conservação (UC) é um processo democrático de exercício da participação social na gestão ambiental pública, conforme prevista na própria legislação ambiental brasileira. O Refúgio de Vida Silvestre (Revis) da Ilha dos Lobos, localizado em frente a Torres, Rio Grande do Sul, foi decretado como UC federal em 1983. Entretanto, somente 33 anos após sua criação, a UC teve seu conselho gestor formado. O objetivo deste estudo foi registrar o processo de formação deste conselho, a partir de normas estabelecidas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio - IN 09/2014), caracterizar o perfil dos conselheiros e conhecer suas opiniões em relação a alguns temas centrais da gestão da UC. As informações foram obtidas entre 2016 e 2017, a partir de três metodologias principais: i) análise documental de relatórios, atas e observação direta das reuniões realizadas; ii) aplicação de questionário com perguntas fechadas; e iii) entrevistas com os conselheiros de cada um dos setores que compõem o conselho. A formação do conselho envolveu mais de 50 instituições e ocorreu ao longo de dez meses durante 2016. Ao final deste período, foram definidos nove setores que se relacionam com o território protegido pela UC e sua área de influência. A partir disso, foram definidas 22 vagas, respeitando-se uma relação de paridade entre instituições do poder público (n=12) e da sociedade civil (n=10). O perfil geral dos conselheiros é de adultos de meia idade, com elevado grau de instrução, residentes do município da UC e com experiência na participação em outros conselhos. A maioria dos conselheiros entende que a pesca ilegal dentro da UC e o conflito da pesca com os leões-marinhos são os maiores problemas da unidade. Segundo os conselheiros entrevistados, o principal papel do conselheiro seria subsidiar o conselho com informações técnicas, auxiliar na integração da sociedade com a unidade, e divulgar a importância do Revis. A preservação da biodiversidade local, incluindo os leões-marinhos, foi apontada como a principal finalidade da UC, enquanto o desenvolvimento de atividades de turismo ecológico e a implementação do plano de manejo foram apontados como alguns dos principais desejos por parte dos conselheiros. No que diz respeito à participação, as reuniões ordinárias do Conselho realizadas em 2017 contaram com um quórum médio de 75,2%, valor superior ao observado em diversos conselhos de UCs do país. A partir desses resultados, o próximo desafio deste conselho é construir metodologias de monitoramento da atuação do próprio conselho no intuito de identificar as dificuldades e encontrar formas de superá-las para que o conselho seja também um espaço de construção e aprendizado e desta forma possa contribuir para a implementação da UC

**Palavras chaves:** unidade de conservação, gestão participativa, conselho gestor.

## ABSTRACT

The formation of the management council of Protected Areas (PA) is a democratic process of exercising social participation in public environmental management, as provided for by the Brazilian environmental legislation. The Wildlife Refuge of Ilha dos Lobos, located in front of Torres, Rio Grande do Sul, was decreed as federal PA in 1983. Nevertheless, only 33 years after its creation, the PA had its management council formed. The aims of this study were to record the process of formation of this council, based on the standards established by the Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation (ICMBio - IN 09/2014), characterize the profile of the board members and know their opinions about central points of the management of the PA. The information was gathered between 2016 and 2017, based on three main approaches: i) documentary analysis of reports, minutes and direct observation of the meetings held; ii) application of questionnaire with closed questions; and iii) interviews with the board members of each of the sectors that compound the council. The council was sworn in November 2016, currently with its mission and internal regiment established. The formation of the council involved more than 50 institutions and occurred during ten months during 2016. By the end of this period, nine sectors related to the territory protected by the PA and its zone of influence were defined. The council includes 22 representatives, ensuring parity between public authorities (n=12) and the civil society (n=10). The general profile of the councilors is middle-aged, highly educated, residents of the municipality of the PA and experienced in participating in other councils. Most board member understands that illegal fishing within the PA and the sea lions fisheries conflict are the greatest problems of the PA. According to the interviewed board members, the main role of the counselor would be to provide the board with technical information, promote the integration between the society and the PA, and publicize the importance of the PA. The conservation of the local biodiversity, including the sea lions, was pointed out as the main goal of the PA, while the development of ecotourism activities and the implementation of the management plan were highlighted as some of the main wishes by the councilors. The ordinary meetings of the board held in 2017 had an average quorum of 75.2%, higher than that observed in several counties of PAs of the country. Based on these results, the next challenge to be faced by the council is to build methodologies to monitor its own actions in order to identify the main problematic issues and finding ways to overcome them so the council could be also a place of construction and learning and will be able to contribute on the implementation of the PA.

**Key words:** protected area, participatory management, management council.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização do Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos em Torres, com a delimitação em verde dos limites atuais da unidade de conservação. ....	21
Figura 2 - Grupo de leões-marinhos-sul-americanos no Revis Ilha dos Lobos .....	25
Figura 3 - Etapas e atividades para formação do conselho gestor de unidade de conservação federal. ....	30
Figura 4 - Mapa falado do Revis Ilha dos Lobos com espacialização das instituições em relação a sua atuação no território. ....	37
Figura 5 - Relações das instituições com o Revis Ilha dos Lobos, representadas pelo diagrama de Venn (A - pesquisa, ONGs e centros de reabilitação de fauna; B - agricultura, recursos hídricos, turismo e educação). ....	40
Figura 6 - Relação dos diferentes setores com o Revis Ilha dos Lobos, representada pelo diagrama de Venn. ....	41
Figura 7 – Composição do conselho do Revis Ilha dos Lobos com os setores, número de vagas e instituições representativas.....	42
Figura 8 - Conselheiros reunidos em grupo para elaboração do regimento interno do Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos. ....	45
Figura 9 - Quadro síntese dos valores que os conselheiros do Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos deveriam ter, conforme a percepção do grupo. ....	46
Gráfico 10 – Finalidades mais importantes do Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos .....	49
Gráfico 11 – Principais problemas ou conflitos identificados no Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos .....	50
Gráfico 12 – Principais funções do conselho apontadas pelos conselheiros do Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos.....	51



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Área protegida e número de unidades de conservação (UCs) federais estabelecidas ao longo de diferentes períodos desde a criação do primeiro Parque Nacional brasileiro, em 1937.....	13
Tabela 2 – Relação de instituições convidadas para oficina de caracterização do território do Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos.....	35
Tabela 3 – Instituições titulares e suplentes (S) do conselho gestor do Revis Ilha dos Lobos (gestão 2016-2018) .....	44
Tabela 4 – Resumo dos principais temas discutidos e quorum nas reuniões ordinárias do conselho gestor do Revis Ilha dos Lobos em 2017. ....	47

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP	Área Protegida
APA	Área de Proteção Ambiental
APAA	Área de Proteção Ambiental Anhatomirim
APABF	Área de Proteção Ambiental Baleia Franca
GEF-Mar	Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas
GT	Grupo de trabalho
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto de Desenvolvimento Florestal
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IN	Instrução Normativa
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal
NM	Milhas náuticas
ONG	Organização não governamental
Revis	Refúgio de Vida Silvestre
SEMA	Secretaria Especial de Meio Ambiente
SMAURB	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Torres
SNUC	Sistema Nacional de Unidade de Conservação
UC	Unidade de conservação
Uergs	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	12
2.1 Conselhos como uma oportunidade de gestão de conflitos .....	14
2.2 Participação social na Gestão Ambiental Pública.....	16
2.3 A Ilha dos Lobos como área protegida .....	19
2.4 Localização.....	21
2.5 Relação dos Pinípedes com o Revis Ilha dos Lobos.....	24
2.6 Gestão do Revis Ilha dos lobos .....	26
2. METODOLOGIA .....	29
2.1 Formação do conselho consultivo .....	29
2.2 Caracterização do conselho gestor .....	31
2.3 Vídeo sobre a formação conselho gestor do Revis Ilha dos Lobos .....	32
3. RESULTADOS.....	34
3.1 Formação do grupo de trabalho .....	34
3.2 Caracterização do Território .....	35
3.3 Definição de setores.....	37
3.4 Sensibilização e mobilização dos setores .....	39
3.5 Composição do conselho .....	40
3.6 Formalização do Conselho e posse dos conselheiros.....	43
3.7 Reuniões Ordinárias e Criação dos Grupos de Trabalho .....	47
3.8 Caracterização do perfil dos conselheiros do Revis Ilha dos Lobos.....	48
3.9 Percepção dos conselheiros do Revis Ilha dos Lobos .....	51
4. DISCUSSÃO.....	56
5. CONCLUSÃO .....	61
REFERÊNCIAS .....	63

## 1. INTRODUÇÃO

Uma das principais estratégias para conservar a natureza nos últimos tempos tem sido a criação de áreas protegidas (AP). A própria Constituição Brasileira, quando estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, também determina que, para assegurar a efetividade desse direito, o poder público deve definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos (BRASIL, 1988).

Num breve resgate histórico, Bensusan (2006) menciona que a ideia de definir espaços para a conservação de “paisagens naturais” surgiu apenas na segunda metade do século XIX, uma vez que, anteriormente, as duas principais motivações para a criação destas áreas protegidas eram a preservação de lugares sagrados e a manutenção de recursos naturais.

Com a criação do primeiro parque moderno, em 1872, o Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, esta ideia de criação para conservação de grandes “paisagens naturais” para a posteridade e como símbolo representativo de uma nação perpetuou-se mundo a fora. No Brasil, os primeiros parques nacionais: Itatiaia, em 1937; Iguaçu e Serra dos Órgãos, em 1939, também seguiram esta mesma lógica de proteger paisagens de relevante beleza, grandiosidade e raridade. Somente a partir da segunda metade do século XX, o Brasil experimentou um avanço maior na ação de conservação e no desenvolvimento da capacidade de conservação (MITTERMEIER et al., 2005).

Uma consequência disso foi a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, através da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que estabeleceu um mecanismo robusto para assegurar a criação, implantação e gestão de unidades de conservação (UCs) no Brasil nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), possibilitando uma visão de conjunto das áreas naturais a serem preservadas.

Com o advento do SNUC, as categorias de manejo passaram se ser divididas em dois grupos com características específicas: Unidades de Proteção Integral e

Unidades de Uso Sustentável. As do primeiro grupo têm o objetivo de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais e estão divididas em cinco categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. Já as do segundo grupo objetivam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais, estando divididas em sete: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Outra evidência dos avanços das estratégias de conservação é o incremento no número de unidades de conservação e, conseqüentemente, da superfície territorial de áreas protegidas no Brasil. Da década de 1980 em diante tivemos um grande salto em relação às primeiras unidades criadas na década de 1930 (Tabela 1). Foram criadas 87 novas UCs federais, totalizando mais de 23 milhões de hectares e, seguindo neste incremento, na década de 2000, foram criadas mais 122 UCs, somando mais de 74 milhões de hectares. Atualmente (fevereiro de 2018) o Brasil possui 324 UCs federais que somam mais de 78 milhões de hectares de áreas protegidas (ICMBIO, 2017).

Tabela 1 – Área protegida e número de unidades de conservação (UCs) federais estabelecidas ao longo de diferentes períodos desde a criação do primeiro Parque Nacional brasileiro, em 1937.

Período de criação	Nº de UCs federais	Área das UCs federais (ha)
1937 - 1979	37	7.454.144
1980 - 1989	87	23.743.963
1990 - 1999	54	37.237.203
2000 - 2009	122	74.974.314
2009 - 2017	24	78.895.688
Total	324	78.895.688

Fonte: ICMBIO (2017).

Além da criação de áreas protegidas, outras políticas públicas importante adotadas no país para a conservação dos recursos naturais presentes nas regiões costeiras e marinhas incluem o Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio), que resultou na definição de áreas prioritárias para a conservação de ambientes marinhos importantes para grupos mais sensíveis da fauna; as listas de espécies ameaçadas de extinção (e.g. Portaria

MMA nº 444 e 445 de 17 de dezembro de 2014), as quais proíbem a captura e comercialização das mesmas; Instrução Normativa Interministerial do MPA Nº 12/2012, que dispõe sobre critérios e padrões para o ordenamento da pesca praticada com o emprego de redes de emalhe nas águas jurisdicionais brasileiras das regiões Sudeste e Sul.

Além destes, o Brasil assumiu compromissos com a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável da zona costeira e marinha: Política Nacional de Biodiversidade, Metas Nacionais de Biodiversidade de 2010, Política Nacional de Recursos do Mar (PNRM) - incluindo o Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM VIII 2012 - 2015), Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), Avaliação, Monitoramento e Conservação de Biodiversidade Marinha (REVIMAR), entre outros.

Contudo, segundo Bensusan (2006), não há dúvida de que a criação de AP é uma das principais e mais importantes estratégias de conservação diante do uso predatório dos recursos naturais pela humanidade. Entretanto, é preciso enfrentar vários desafios para que uma área protegida atinja seu objetivo de criação tendo em vista a complexidade de fatores que envolvem a sua gestão.

Dentro desta complexidade, vários autores destacam a importância de não focar apenas nos aspectos ecológicos da conservação, mas também nas suas dimensões sociais. Neste sentido, a própria legislação ambiental inclui a participação social na gestão das áreas protegidas como um direito e uma nova proposta de se pensar a conservação a partir do envolvimento da sociedade com os objetivos da UC. De acordo com IBASE (2006) se a sociedade não estiver integrada à gestão da UC e percebê-la apenas como restrição ao uso, sua percepção será negativa e ela não será parceira da UC para a proteção da natureza.

## **2.1 Conselhos como uma oportunidade de gestão de conflitos**

Considerando que um conselho gestor de uma UC visa representar os diferentes segmentos do território (ICMBIO, 2014), é natural que neste fórum sejam manifestados diferentes interesses sobre utilização dos recursos naturais. Sob esta

perspectiva, os conselhos são os espaços de construção deste diálogo com a sociedade com o objetivo de compatibilizar estes interesses com os objetivos de criação da UC.

Neste contexto, é interessante destacar que Giakoumi et al. (2018), ao analisarem os fatores comuns do sucesso na gestão de áreas marinhas protegidas em todo mundo, constataram que o engajamento das partes interessadas foi determinante. Portanto, o sucesso na gestão das áreas marinhas protegidas está diretamente ligada à capacidade de envolver a comunidade.

Com o intuito de compreender estas relações entre as populações locais e as unidades de conservação, Alves & Hanazki (2015) fizeram uma revisão na literatura a respeito de cinco UC Federais Marinho-Costeiras de Santa Catarina. A partir desse estudo, os autores sugeriram algumas ações para melhorar as relações e aumentar a eficiência das áreas: incluir o conhecimento ecológico local na elaboração de regras e plano de manejo das UC; aumentar a participação de grupos locais no conselho gestor das UC; expandir as ações de educação ambiental e intensificar as medidas de proteção à pesca artesanal.

Steenbock et al. (2015) também observaram a importância fundamental da participação da sociedade na discussão e definição de alguns regramentos na Área de Proteção Ambiental do Anhatomirim (APAA), em Santa Catarina. No território desta UC, os autores haviam registrado o conflito em relação a restrição da área de pesca de arrasto de camarões pelos pescadores artesanais da região. A partir de uma falta de clareza na definição desta área, alguns pescadores foram autuados, o que deflagrou uma mobilização dos pescadores para a institucionalização da definição destes limites. Neste cenário o plano de manejo da APAA, como produto de um processo de diagnóstico e planejamento participativo, possibilitou maior envolvimento social na discussão e definição de normas de ordenamento territorial, nas quais a definição do limite para pesca artesanal de arrasto de camarões foi inserida. Neste sentido, Steenbock et al. (2015) também observaram que a experiência da construção deste acordo na APAA representou um elo fundamental para o exercício político e social dos atores envolvidos para a gestão territorial.

Entretanto, Martins & Dias (2017) ao analisarem o conflito do ordenamento pesqueiro na Área de Proteção Ambiental Baleia Franca (APABF) ressaltaram que é

preciso fazer uma análise profunda sobre as formas de organização do segmento pesqueiro de base artesanal, visto sua organização complexa, multifacetada e dinâmica. Estes mesmos autores ainda destacaram a grande dificuldade em harmonizar o ordenamento pesqueiro com a satisfação das necessidades dos pescadores artesanais presentes na APABF, dada a variedade dos espaços de pesca e métodos de capturas ali existentes e as consequentes divergências entre os próprios pescadores artesanais.

Em função de cenários como estes, Gerhardinger et al. (2010) também observaram que as soluções para os complexos problemas relacionados às áreas marinhas protegidas surgirão por estudos sistêmicos e interdisciplinares com enfoque no social, organizacional, político, econômico e nas ciências administrativas.

Contudo, paralelamente a obtenção desse conjunto de informações, é fundamental que se amplie o espaço de participação social, permitindo uma maior integração com as comunidades presentes no interior ou entorno das áreas protegidas.

## **2.2 Participação social na Gestão Ambiental Pública**

Ao falar em participação social, podemos registrar algumas definições de autores como Bordenave (2007), que a significou como “fazer parte, tomar parte ou ter parte”. Demo (1988) a define como um processo constante, dinâmico que exige compromisso e envolvimento, e destaca “é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual”. Freire (1993) define como uma atividade essencial para a construção de uma sociedade mais justa e afirma “[...] não é um slogan, mas a expressão e, ao mesmo tempo, o caminho de realização democrática.”

No próprio SNUC, o “fazer parte” está contemplado em sete das treze diretrizes que o regem, como: i) “assegurar os mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão da política nacional de unidades de conservação”; ii) “assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das Unidades de



Conservação”; e iii) “incentivar as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional”, entre outras (BRASIL, 2000).

Considerando os principais compromissos assumidos pelos países membros da Convenção sobre Diversidade Biológica, do qual o Brasil é signatário, em 2006 foi instituído no país o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas que também visa ampliar a participação da sociedade na gestão das áreas protegidas, como registrado em seu princípio (BRASIL, 2006, documento eletrônico):

“promover a participação, a inclusão social e o exercício da cidadania na gestão das áreas protegidas, buscando permanentemente o desenvolvimento social, especialmente para as populações do interior e do entorno das áreas protegidas.

Além disso, recentemente a Política Nacional de Participação Social foi instituída com o “objetivo de fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil”. Define como uma de suas diretrizes o “reconhecimento da participação social como direito do cidadão”, assim como objetiva “consolidar a participação social como método de governo” (BRASIL, 2014).

Como parte desses princípios, uma das diretrizes que deve orientar a administração de áreas naturais protegidas no Brasil é a garantia de que, no momento de se tomar decisões importantes sobre as unidades de conservação as comunidades envolvidas sejam ouvidas (BRASIL, 2000). Neste sentido, o mesmo SNUC estabelece que cada UC disporá de um conselho consultivo, exceto Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável, que serão geridas por conselhos deliberativos.

Independente de seu caráter deliberativo ou consultivo, segundo WWF (2016) o êxito das manifestações de um conselho está associado ao retorno dado formalmente pelos distintos órgãos competentes. A partir deste entendimento, há um debate institucional dentro do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) para que todos os conselhos de unidades de conservação possam ter *status* deliberativo, com ações de capacitação continuada aos conselheiros que propiciem melhor condição de participação nas decisões dos

diferentes aspectos da gestão. Diante desta perspectiva, tem-se optado pela terminologia “conselho gestor” para definir um conselho atuante e empoderado, que participe diretamente da gestão das unidades de conservação, apoiando o cumprimento dos objetivos de criação da UC e a conservação da biodiversidade, mesmo que seja formalmente um conselho consultivo (WWF, 2016).

Como órgão responsável pela gestão das UC federais, o ICMBio, criado através da Lei nº 11.516 de 28 de agosto de 2007, tem a competência de disciplinar as diretrizes, normas e procedimentos para a composição e funcionamento dos Conselhos Gestores das unidades de conservação federais. Desde sua criação, já foram instituídas três normativas (IN 02/2007, 11/2010 e 09/2014) sobre a composição e funcionamento dos conselhos e todas vêm de um processo de reflexão e aprendizado do instituto na construção e funcionamento desses conselhos.

Este aprendizado é bastante recente, considerando que apenas a partir de 2000, com o SNUC, foi estabelecido que todas as UCs deveriam dispor de um conselho. Assim, partimos da situação de que no ano 2000 havia no Brasil 184 UCs federais e nenhum conselho formado, à situação de em 2017 haver 324 UCs e 281 conselhos formados, ou seja, atualmente quase 90% das UCs federais dispõem de um conselho gestor (ICMBIO, 2017), representando um avanço significativo do “fazer parte” da sociedade na gestão dessas áreas.

A última Instrução Normativa (IN) sobre o assunto é a nº 09 de 5 de dezembro de 2014, que estabelece as diretrizes, normas e procedimentos para a formação dos Conselhos das UCs federais, com o intuito de que esta formação seja um processo democrático transparente no qual são estabelecidas ações que possibilitem a participação dos distintos sujeitos, instituições e grupos sociais que têm relação com os usos do território de influência da UC. Ela traz ainda o entendimento de que o conselho de UC é:

instância colegiada cuja função é constituir-se em um fórum democrático de diálogo, valorização, participação e controle social, debate e gestão da UC, incluída a sua zona de amortecimento e território de influência, para tratar de questões ambientais, sociais, econômicas e culturais que tenham relação com a UC.

A novidade desta IN é trazer um maior detalhamento das principais etapas de formação do conselho com um destaque para a inserção da etapa de caracterização do território por meio do mapeamento dos setores de usuários e setores de reguladores dos usos do território e sua relação com a unidade.

Outrossim, a formação, implementação e modificação na composição dos Conselhos de Unidades de Conservação federais deverão seguir as seguintes diretrizes:

- a) promover o diálogo, representação, expressão, gestão de conflitos, negociação e participação dos diversos interesses da sociedade relacionados às Unidades de Conservação;
- b) assegurar a transparência dos processos de gestão das UCs, com a adequação a cada realidade local e a participação de diferentes setores da sociedade;
- c) buscar a integração das UCs com o planejamento territorial da sua área de influência, estabelecendo-se articulações com diversos fóruns de participação, órgãos públicos e organizações da sociedade civil para a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente;
- d) garantir a legitimidade das representações e a equidade participativa dos diversos setores, considerando as suas características e necessidades, inclusive de populações tradicionais e de comunidades locais economicamente vulneráveis, por meio da sua identificação, mobilização, apoio à organização e capacitação;

Os conselhos não devem ser vistos como uma “fórmula mágica”, entretanto, Loureiro e Cunha (2008) destacam que os conselhos se constituem um dos espaços de maior aceitação para se estabelecer formas de gestão e diálogo entre as organizações da sociedade civil e os governos na configuração do Estado e de políticas públicas específicas.

### **2.3A Ilha dos Lobos como área protegida**

A Ilha dos Lobos foi definida como unidade de conservação federal através do Decreto Presidencial nº 88.463 de quatro de julho de 1983, sendo designada como

Reserva Ecológica da Ilha dos Lobos. Em 2000, com a publicação da Lei nº 9.985 de 18/07/2000, a categoria “reserva ecológica” foi extinta do atual SNUC, estabelecendo ao órgão gestor definir seu enquadramento numa das 12 categorias recém estabelecidas em Lei. Desta forma, em 2005, foi feita uma consulta pública em Torres/RS com a participação de autoridades e da comunidade local para a definição da nova categoria da unidade. Assim, em 04 de julho de 2005, exatamente 22 anos após sua criação, a unidade foi recategorizada para Refúgio de Vida Silvestre (Revis) da Ilha dos Lobos (Decreto Presidencial S/Nº, de 4 de julho de 2005), permanecendo como uma unidade de conservação de proteção integral. Além da mudança do nome, também deixou de ser classificada como a menor “reserva” do Brasil, pois teve seu limite ampliado para a zona marinha adjacente num raio aproximado de 500 m, passando dos 1,69ha a 142,39ha.

A categoria “Refúgio de Vida Silvestre” é uma das cinco categorias de unidade de conservação de proteção integral previstas no SNUC e tem como objetivo “proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória” (BRASIL, 2000). Atualmente, há no Brasil apenas oito refúgios de vida silvestres federais, que protegem uma área de 269 mil hectares, destes, apenas três encontram-se no bioma marinho costeiro: Revis Ilha dos Lobos (RS), criado em 2005, Revis Santa Cruz (ES), em 2010, e Revis Arquipélago de Alcatrazes (SP), em 2016 (ICMBIO, 2017).

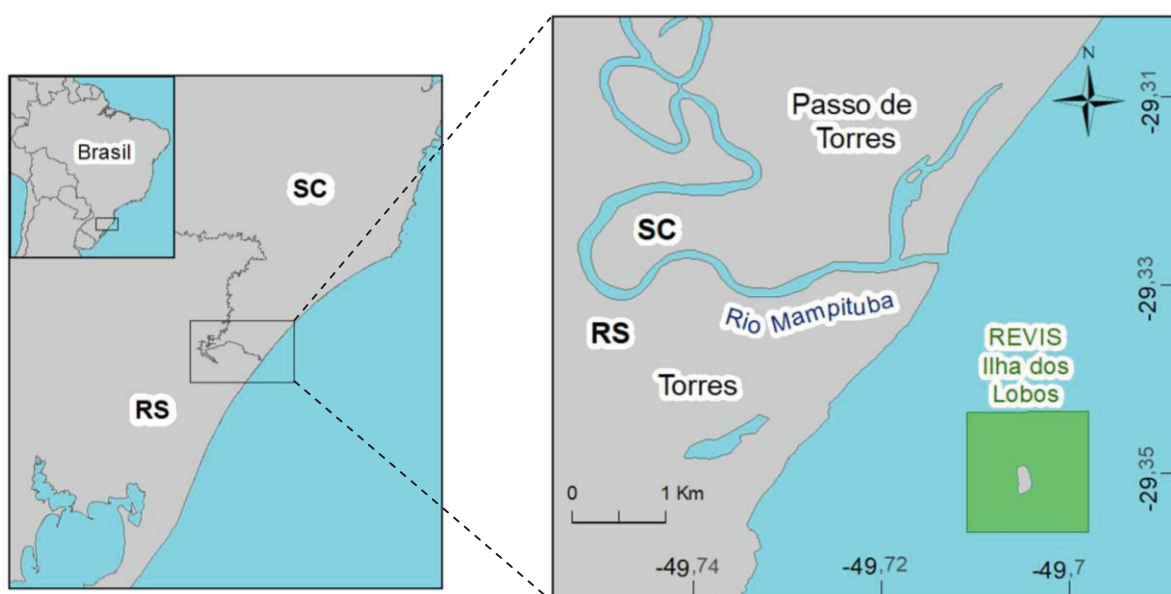
Apesar dos lobos-marinhos darem nome a esta unidade de conservação, eles não são citados diretamente como objetivo de conservação em seus dois decretos (de criação, em 1983 e recategorização, em 2015). Os lobos-marinhos são apenas mencionados nas motivações para a criação da ilha como espaço protegido no projeto de decreto encaminhado pelo Ministro do Interior para análise do Presidente. Tal constatação também foi observada por Strapazzon e Mello (2015) que na análise dos decretos de criação dos Refúgios federais verificaram que, dos sete existentes na época, apenas um possuía entre seus objetivos, alguma relação direta com a proteção de espécies da fauna.

## 2.4 Localização

O Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos (Revis Ilha dos Lobos) está localizado a menos de 2km da foz do rio Mampituba que faz o limite estadual, tendo do lado do RS o município de Torres e, do lado de SC, o município de Passo de Torres (Figura 1).

O Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos é a única ilha oceânica do litoral do Rio Grande do Sul (RS). Tal característica esta relacionada a formação geológica da região costeira desta porção do litoral sul do Brasil, composta predominantemente pelo Arenito Botucatu e os basaltos da Formação Serra Geral. Segundo Pércio citado por Filho (2014, p.19) os arenitos de Formação Botucatu têm 130 milhões de anos e testemunham um período em que todo o sul do Brasil era um vasto deserto de areia. Esse ambiente desértico, foi o cenário onde se desenrolou a seguir, há 120 milhões de anos, o importante período de vulcanismo que originou a Formação Serra Geral, responsável pela mais notável característica da paisagem de Torres, os morros de basalto que deram o nome ao município.

Figura 1 - Localização do Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos em Torres, com a delimitação em verde dos limites atuais da unidade de conservação.



Fonte: ICMBio (2016)

Segundo Rohde (1975) sob os aspectos, fitológicos, zoológicos e geológicos a região de Torres é a mais notável dos quase quinhentos quilômetros que compõe a costa rio-grandense, uma vez que a extensa planície costeira é quebrada pelas imponentes torres. São três os morros maiores, assim designados: Torre do Farol, Torre do Meio e a Torre de Fora ( ou Torre Sul). A eles somam-se dois restos de morro: a Pedra da Guarita, Morro das Pedras (quase invisível entre as dunas) e o Morro Itapeva na parte mais sul. Projetando-se aproximadamente dois quilômetros mar a dentro está a Ilha dos Lobos.

Devido à alta produtividade marinha e a existência do rio Mampituba que facilita o acesso ao mar, há nesta região uma grande concentração de pescadores. Dados da Colônia de Pesca Z-18 de Passo de Torres/SC contabilizam cerca de 600 associados, destes, em torno de 500 têm relações com o Refúgio (pesca no rio Mampituba ou no mar). A Colônia de Pesca Z-7 de Torres/RS, possui cerca de 500 associados e destes, cerca de 120 têm relação com o Refúgio (informação verbal)<sup>1</sup>.

Segundo Moreno et al. (2009) a atividade pesqueira desta região é caracteristicamente costeira, sendo a maioria as operações ocorrem menos de 10 milhas náuticas (NM) da costa a uma profundidade entre 10 a 30 m (MACHADO, 2015) com embarcações em madeira, entre oito e 20 m de comprimento e motores a diesel entre 22 e 360 HP e armazenam de duas a 60 toneladas de pescado. Em 2009, Cardoso e Haimovici (2011) reportaram a existência de 35 embarcações pesqueiras sediadas em Passo de Torres, que atuam na região costeira entre Santa Marta (SC) e Rio Grande (RS).

Informações mais recentes, fornecidas pelos presidentes das colônias de pesca, indicam que a Colônia de Pesca Z-18 possui 60 embarcações que vão para alto mar com tamanhos de oito a 22 metros e destas, apenas sete a oito são embarcações com tamanho maior que 20AB (arqueação bruta). Já na Colônia de Pesca Z-7 há apenas cinco embarcações que vão para alto mar (informação verbal)<sup>1</sup>.

São utilizadas várias artes de pesca: redes de emalhe de fundo (a mais utilizada) rede de emalhe de superfície, redes de arrasto e espinhéis (MORENO et al., 2009, CARDOSO; HAIMOVICI, 2011). Segundo Machado (2015), o tipo de rede

---

<sup>1</sup> Informação verbal a partir de reunião realizada com os presidentes das Colônias de Pesca de Torres/RS Z-7 e Passo de Torres/SC Z-18 em outubro de 2016

usado pelo pescador de Passo de Torres variou de acordo com a espécie alvo: de janeiro a junho, as redes de emalhe de fundo eram mais comuns, enquanto as redes de emalhe de superfície foram mais comuns de julho a dezembro.

No estudos realizados por Moreno et al. (2009) e Cardoso e Haimovici (2011), as principais espécies visadas pelas frotas de emalhe costeiro Torres e Passo de Torres eram corvina, pescada, brota, anchova, papa-terra, pescadinha, castanha, garoupa, linguado, e diversas espécies de elasmobrânquios. Outras espécies-alvo ainda citadas também pelos representantes dos pescadores incluem atualmente a tainha, sardinha, peixe-rei, pampo e robalo (informação verbal)<sup>1</sup>.

Contudo, convém destacar que muitas das espécies-alvo das capturas como a viola e a garoupa estão atualmente incluídas nas listas oficiais das espécies ameaçadas de extinção do Rio Grande do Sul (Decreto Estadual nº 51.797 de 8 de setembro de 2014) ou Brasil (Portaria MMA nº 445 de 17 de dezembro de 2014) não sendo permitido a sua comercialização.

Considerando ainda grande diversidade de peixes e pescadores próximo ao refúgio dos lobos-marinhos e leões-marinhos, há uma grande intereção das atividades de pesca com estes animais conforme já registrado historicamente desde a sua criação (ROSAS, 1994).

Mais recentemente, Machado et al. (2015) monitoraram 484 operações de pesca da frota de Imbé/RS e Passo de Torres/SC entre 1992 e 2012 e registraram a ocorrência de interações entre leões-marinhos e a pesca em 116 (24,0%) das atividades. As interações foram mais frequentes nas áreas de pesca utilizadas pela frota pesqueira de Passo de Torres/SC e, portanto, mais próximas ao REVIS Ilha dos Lobos. Num total, foram documentados 275 avistamentos de leões-marinhos interagindo com redes de pesca com uma média de 2 animais interagindo por evento.

Estas interações causam prejuízos aos pescadores da região através do consumo e/ou mordida no peixe já capturado ou por danificaram seu equipamento. Ao longo deste período os pescadores tem utilizado estratégias para minimizar estes impactos como utilizar fogos de artifício para afujentar os animais, largar uma rede já danificada para distrair os leões-marinhos para que deixem de seguir a

---

<sup>1</sup> Informação verbal a partir de reunião realizada com os presidentes das Colônias de Pesca de Torres/RS Z-7 e Passo de Torres/SC Z-18 em outubro de 2016

embarcação e em casos mais externos há o uso de armas de fogo. Machado et al. (2015) registraram também que quando o número de leões-marinhos em uma determinada área era alta, os pescadores mudaram de localização ou simplesmente recolheram as redes, retornando ao porto, e encerrando a atividade de pesca.

Sobre o tema, Pont et al. (2015) constataram que as percepções dos pescadores sobre a interação do leões-marinhos com a pesca no território do Revis Ilha dos Lobos geralmente excede a evidência real. Identificaram também que esta percepção do pescador está relacionada com a idade, posição hierárquica na tripulação, se a pesca era o única fonte de renda e nível de educação formal.

## **2.5 Relação dos Pinípedes com o Revis Ilha dos Lobos**

O nome da unidade refere-se a grande concentração de pinípedes que ocorrem na ilha. Os pinípedes constituem uma superfamília de mamíferos aquáticos, que inclui focas, os leões e lobos-marinhos e as morsas. Apesar dos lobos darem nome à UC, são os leões-marinhos que mais ocorrem no refúgio. Dentre os pinípedes, os mais comuns são: leão-marinho-sul-americano (*Otaria flavescens*) e lobo-marinho-sul-americano, (*Arctocephalus australis*) que se deslocam das colônias reprodutivas do Uruguai durante o inverno em busca de descanso e alimentação no Revis Ilha dos Lobos (OLIVEIRA, 2013). Além destes, também já foram registrado na ilha: elefante-marinho (*Mirouga leonina*), lobo-marinho-subantártico (*Arctocephalus tropicalis*), foca-caranguejeira (*Lobodon carcinophaga*) e a foca-leopardo (*Hydrurga leptonyx*) (SILVA, 2014).

O leão-marinho-sul-americano é o pinípede mais comum na costa do RS (PINEDO apud ROSAS, 1994), distribui-se ao longo da costa do Atlântico e Pacífico, sendo que o Revis Ilha dos Lobos (Figura 2) é considerado o ponto mais ao norte da costa atlântica de concentração deste pinípede no litoral brasileiro.

Após o término da caça na América do Sul, sua população teve um acréscimo e, segundo Crespo citado por Oliveira (2013), estima-se que haja aproximadamente 500mil indivíduos no ambiente. Hoje a maior ameaça à conservação da espécie é a



interação com a atividade de pesca ao longo de toda sua área de ocorrência (ROSAS et al., 1994; OLIVEIRA, 2013)

De acordo com Vaz-Ferreira apud Rosas (1994) *O. flavescens* não é considerada uma espécie migratória, embora os machos desta espécie tenham movimentos sazonais significativos. No Revis Ilha dos lobos esta sazonalidade é bem demarcada ao longo do ano. Nos meses de janeiro e fevereiro há a menor concentração e podem até estar ausentes. Já nos meses entre julho e outubro há a máxima concentração de animais, com mais de 100 animais por mês na ilha (SILVA, 2014).

Figura 2 - Grupo de leões-marinhos-sul-americanos no Revis Ilha dos Lobos



Fonte: Aline Kellermann (2016).

Os lobo-marinho-sul-americanos, em menor quantidade, também utilizam a ilha neste mesmo período. Entretanto, segundo Silva (2014), no meses de janeiro a maio são mais raros, ao passo que nos meses de julho a outubro é possível encontrar uma taxa de quase 40 animais por mês.

Durante o inverno, também há registro no entorno da ilha a presença de baleias francas (*Eubalaena australis*) que segundo levantamento de Silva et al.

(2014) os meses de maior concentração são entre julho e outubro e ocorrem em média 3 a 5 indivíduos, sendo que um ano (2002) foram registrados 20 indivíduos no mês de agosto.

A avifauna também faz parte da biodiversidade do refúgio. Ao longo de todo ano a UC também recebe diferentes espécies de aves. Segundo levantamento preliminar realizado e por Estima (2001) e Rosso (2016) foram registradas a ocorrência de 27 espécies de aves no Revis Ilha dos Lobos, sendo quatro espécies registradas em diferentes níveis de ameaça na lista de espécies ameaçadas de extinção do Rio Grande do Sul.

Devido sua importância biológica, foi classificada como área de importância biológica extremamente alta durante o processo de avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros (MMA, 2002).

## **2.6 Gestão do Revis Ilha dos lobos**

O primeiro órgão federal de gestão da Reserva Ecológica da Ilha dos Lobos foi a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) vinculada ao Ministério do Interior. A SEMA foi criada em 1973 durante o governo militar como resposta à posição refratária à proteção ambiental do Brasil na Conferência de Estocolmo de 1972.

O segundo órgão foi o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) criado em 1989 e vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. Até então, as questões relacionadas ao meio ambiente eram tratadas por diferentes órgãos com atuação de forma bastante fragmentária e muitas vezes contraditória. Assim, o IBAMA surgiu da fusão de quatro instituições: SEMA, Instituto de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Superintendência da Borracha e Superintendência do Desenvolvimento e da Pesca.

Na sequência, o terceiro e atual órgão gestor é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, criado em 2007 da divisão do IBAMA e também vinculado do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Cabe ao ICMBio executar as

ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação nas UCs instituídas pela União.

Ao longo destas três décadas houve também, uma mudança significativa em relação ao número de servidores lotados nesta UC. Na época da criação do ICMBio (em 2007) a UC contava com sete servidores. Atualmente só há uma servidora lotada (atual chefe da UC) que foi removida em 2015 em função da eminente aposentadoria dos demais servidores.

Nos últimos 10 anos foram autorizadas 28 novas pesquisas no Revis Ilha dos Lobos. Quando analisado o número de autorizações nos últimos dois anos nos oito refúgios de vida silvestre geridos pelo ICMBio, o Revis Ilha dos Lobos representou 9% do total de pesquisas autorizadas neste período. Mesmo considerando que a áreas da UC não tem grandes proporções, este levantamento, sinaliza que, mesmo tendo 30 anos de criação, ainda há poucas pesquisas realizadas nela.

Em relação aos recursos, além dos aportes orçamentários do ICMBio, o Revis Ilha dos Lobos é uma das onze UCs federais que desde 2015 participa do Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (GEF-Mar), que é um projeto do Governo Federal, com recursos de doação da Petrobras e do GEF (Global Environmental Facility/GEF) do Banco Mundial, além de contrapartidas do MMA e ICMBio. O projeto busca apoiar a criação e implementação de um Sistema de Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (AMCPs) no Brasil a fim de reduzir a perda de biodiversidade marinha e costeira. Para isso, o Revis Ilha dos Lobos tem previsto executar ao longo dos cinco anos do projeto a aquisição da materiais e equipamentos para estruturação da UC, bem como a formação do conselho e elaboração do plano de manejo.

O plano de manejo, como estabelece o SNUC, é um documento técnico que busca integrar dados dos meios físico, biótico e socioeconômico relacionados com a UC, consolidados em um diagnóstico de maneira a subsidiar seu planejamento e gestão, elaborado de maneira participativa, a partir de uma visão estratégica, realista e operacional. Também define o ordenamento do uso do território, através do seu zoneamento, normatização e regulamentação específicas. É, portanto, um importante instrumento de gestão da UC que auxilia na tomada de decisões e execução de ações na área protegida.

Ademais, está previsto dentro do GEF-Mar a execução de um subprojeto elaborado de forma integrada entre o Revis Ilha dos Lobos e a Área de Proteção Ambiental (APA) da Baleia Franca com objetivo de construir e implementar estratégias de fortalecimento da pesca artesanal na região dessas UCs através da identificação e mobilização de organizações e lideranças destes territórios, visando à utilização sustentável de recursos naturais nos territórios desta UCs.

Neste contexto, considerando o tempo de criação da Ilha dos Lobos como unidade de conservação e a necessidade de dispor destes dois importantes instrumentos de gestão: conselho gestor e plano de manejo, a sociedade civil organizada demandou do Ministério Público Federal uma ação civil pública em 2015, determinando que o ICMBio promovesse as medidas necessárias à constituição do conselho gestor e elaboração do plano de manejo desta UC.

Isto posto e considerando que o registro e a reflexão sobre o processo de formação deste conselho pode auxiliar na formação de outros conselhos de UCs tanto federais, estaduais ou municipais, objetivou-se registrar o processo de formação do conselho gestor do Revis Ilha dos Lobos, segundo as normas e procedimentos da IN 09/14 do ICMBio, caracterizando como ocorreram as distintas etapas da sua construção, a forma de definição dos setores representativos do conselho e a eleição das respectivas instituições que compõem este conselho.

Além disso, buscou-se, também, caracterizar o perfil dos conselheiros que o compõem e sua percepção em relação ao papel do Revis Ilha dos Lobos e do próprio conselho gestor.

## 2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa tem uma abordagem qualitativa do tipo exploratória e descritiva (Marconi & Lakatos, 2003). O *corpus* de análise do mestrado foi composto de três etapas distintas: 1) descrição do processo de formação do conselho; 2) aplicação de questionário com perguntas fechadas para caracterização do perfil dos conselheiros e 3) entrevista com os conselheiros, para percepção do papel conselho e do Revis da Ilha dos Lobos. Estas últimas, compuseram a caracterização do conselho gestor do Revis Ilha dos Lobos. Além destas etapas, também fez parte do trabalho de mestrado a elaboração de um vídeo sobre a formação do conselho do Revis Ilha dos Lobos.

Para o desencadeamento lógico do trabalho, na primeira etapa da descrição do processo de formação do conselho, optou-se por registrar a metodologia de cada etapa entre os resultados do processo, tendo em vista que a forma de conduzir cada uma delas foi um próprio resultado do processo.

### 2.1 Formação do conselho consultivo

Para a descrição do processo de formação do conselho consultivo do Revis Ilha dos Lobos foram utilizadas as técnicas de coleta de dados que incluíram a análise documental de relatórios e atas e da observação direta, a partir da memória das etapas vivenciadas, em razão da vivência profissional da pesquisadora na condução do processo, a partir de sua nomeação como Chefe da UC, em novembro de 2015.

Segundo Lakatos & Marconi (2003), a observação direta é um tipo de observação que “[...] utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar”.

A metodologia de formação do conselho seguiu os passos já definidos na Instrução Normativa do ICMBio n° 09/2014 que estabelece em seu Art. 9° as etapas

e atividades (Figura 3) para a formação do conselho gestor das UCs federais, que são: 1) criação do grupo de trabalho de formação do conselho; 2) oficina de caracterização do território; 3) planejamento de atividades pelo grupo de trabalho; 4) oficinas de sensibilização e mobilização de diferentes setores; 5) definição dos setores e instituições para composição do conselho e, por fim, 6) publicação da portaria de criação do conselho (ICMBIO, 2014).

Figura 3 - Etapas e atividades para formação do conselho gestor de unidade de conservação federal.



Fonte: ICMBIO (2014).

No decorrer de todas essas etapas, foram apresentadas informações gerais sobre o Revis Ilha dos Lobos e o funcionamento dos conselhos gestores de unidades de conservação, sempre procurando adequar a linguagem ao público específico das reuniões.

Sobre o Revis Ilha dos Lobos, foram abordados temas como: objetivo de criação, seu histórico, recategorização, os diferentes órgãos gestores ao longo dos anos, algumas características da UC (tamanho, localização, espécies da fauna

residente e migratória), possibilidades de atividades de uso indireto e sua importância para conservação da biodiversidade.

Em relação ao conselho gestor, foram apresentadas as etapas necessárias para a formação do mesmo, bem como sobre seu funcionamento, diferenças entre os conselhos consultivos e deliberativos, as competências dos conselhos, representatividade, paridade, entre outras. Após cada apresentação, era aberto um espaço para debate sobre os temas com os participantes para que os mesmos pudessem tirar suas dúvidas.

Ao longo das diferentes etapas de formação, havia uma preparação prévia da equipe do ICMBio que iria conduzir a reunião para nivelar os objetivos da reunião, escolher a melhor metodologia para o alcance do objetivo para o público da reunião, e definir o tempo necessário e forma de avaliação da reunião.

Procurou-se utilizar diferentes ferramentas participativas nas reuniões: diagramas de Venn, chuva de ideias, registro em tarjetas, mapa falado, trabalho em grupo, além de dinâmicas de grupo. A forma com cada um destas metodologias foi aplicada está registrado nos resultados de cada etapa.

Nas diferentes etapas de formação do conselho, houve participação de outros servidores do ICMBio da Divisão de Gestão Participativa de Brasília (DF), Coordenação Regional do ICMBio de Florianópolis (SC), Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (SC) e Reserva Extrativista Pirajubaé (SC) que apoiaram na condução das oficinas.

## **2.2 Caracterização do conselho gestor**

Para avaliar o perfil dos conselheiros, foi elaborado um questionário fechado composto por 13 perguntas, divididas em duas partes: na primeira, foram abordadas questões referentes ao perfil dos conselheiros, como idade, escolaridade e participação em outros conselhos; e na segunda, foram exploradas questões relativas à percepção dos conselheiros sobre o Revis da Ilha dos Lobos e o conselho sendo estas perguntas compostas por cinco categorias (i.e. alternativas de resposta), baseado na escala tipo Likert (LIKERT, 1932; HUNTINGTON, 2000).

Neste último caso, para cada questionamento, o respondente devia assinalar apenas uma dentre as cinco categorias propostas, com base em uma escala de importância, como a do exemplo a seguir: 1- Não é prioritário; 2- Baixa prioridade; 3- Parcialmente prioritário; 4- Prioritário; 5- Alta prioridade.

O questionário foi apresentado na reunião de posse do conselho, ocorrida em 22 de novembro de 2016, quando foi explicada a sua finalidade e forma de preenchimento (Apêndice 1). Aos conselheiros que não estiveram presentes na reunião, o questionário foi enviado por meio eletrônico na mesma semana. O questionário foi então aplicado aos conselheiros entre novembro de 2016 e julho de 2017. Do total de 42 conselheiros titulares e suplentes, 30 (71,4%) responderam ao questionário. Destes, 19 eram titulares e 11 suplentes.

Para uma avaliação qualitativa do conselho, entre janeiro e fevereiro de 2018, foi feita uma entrevista semiestruturada com perguntas abertas a nove conselheiros, sendo um de cada setor que compõem o Conselho do Revis Ilha dos Lobos: órgãos ambientais, órgãos do poder público, educação, pesca, recursos hídricos, turismo, agricultura, ONGs ambientalistas e instituições de ensino e pesquisa.

A entrevista contou com um roteiro de oito perguntas, sendo a primeira metade relacionada à percepção do papel do Revis da Ilha dos Lobos e a segunda parte, relacionada à percepção sobre o próprio conselho consultivo (Apêndice 2). Foi usado com referência para elaboração das perguntas o questionário aplicado por Tebet (2017) aos conselheiros da Estação Ecológica de Guaraqueçaba.

### **2.3 Vídeo sobre a formação conselho gestor do Revis Ilha dos Lobos**

Como produto do mestrado profissional, foi ainda elaborado um vídeo sobre a formação do conselho do Revis Ilha dos Lobos. O vídeo objetivou abordar o que é um conselho de uma unidade de conservação e como ocorreu a formação do conselho gestor do Revis da Ilha dos Lobos. Este vídeo poderá ser utilizado pelo ICMBio como exemplo no processo de formação de conselho de outras unidades de conservação federais, ou mesmo de outras esferas governamentais.



Para a produção do vídeo foi elaborado um roteiro de cinco perguntas (Apêndice 3) para orientar os conselheiros. Todos foram questionados sobre as mesmas perguntas, sendo que apenas algumas das suas respostas foram utilizadas.

O vídeo está hospedado no Canal ICMBio do YouTube, através do endereço eletrônico: [https://www.youtube.com/watch?v=55zjBG\\_SLGY](https://www.youtube.com/watch?v=55zjBG_SLGY)

### 3. RESULTADOS

#### 3.1 Formação do grupo de trabalho

O grupo de trabalho (GT) foi constituído para apoiar e contribuir na formação do conselho, além de dar uma maior transparência ao processo e ampliar a visão sobre as especificidades de cada etapa baseada na experiência de atuação de outras instituições.

O GT do Revis Ilha dos Lobos foi instituído em janeiro de 2016, a partir do registro em ata de uma reunião com instituições que já vinham de alguma forma apoiando os trabalhos do Revis Ilha dos Lobos ou que já tinham uma relação histórica de trabalho com a UC. Houve a preocupação de formar um grupo que fosse enxuto para maior agilidade nos trabalhos. O grupo foi composto pela chefe da UC, por duas organizações não governamentais (ONGs) (Instituto Curicaca e Instituto Oceano Vivo), um órgão público ambiental (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Torres - SMAURB) e uma universidade pública (Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS).

A escolha do Instituto Curicaca se deu por ser a entidade que fez a denúncia ao Ministério Público Federal (MPF) para a criação do conselho e ter uma longa atuação política no território e experiência em conselhos; o Instituto Oceano Vivo, por ser uma ONG que estava iniciando seus trabalhos em Torres com foco na conservação de grandes mamíferos marinhos e com forte relação com as atividades do Revis Ilha dos Lobos; a SMAURB, por ser um órgão público da área ambiental municipal com amplo conhecimento do território; a UERGS, pelas atividades de pesquisa e extensão já desenvolvidas na UC e em seu entorno, pela relação de parceria construída com a unidade e por ter sido uma indicação do chefe anterior.

Nesta reunião, foram apresentadas e discutidas as etapas de formação do conselho gestor e foi elaborado um calendário pré-agendado entre os presentes com a definição dos meses em que cada atividade ocorreria. Além disso, o GT estabeleceu os principais atores e instituições que deveriam ser convidadas para a próxima etapa de caracterização do território e apoiou também na comunicação e mobilização para as oficinas.

Após cinco meses da formação do GT, em junho de 2016 o Instituto Oceano Vivo encaminhou um e-mail a todos membros do GT comunicando seu desligamento do mesmo. Apesar da Chefe da UC ter solicitado uma reunião para esclarecimento das motivações de tal desligamento, não houve interesse por parte da ONG para a sua realização. Desde então, a referida ONG não atendeu mais os convites para participar das reuniões do GT e das demais etapas de formação do conselho.

### 3.2 Caracterização do Território

Esta oficina objetivou proporcionar, juntamente com os participantes, uma visão mais ampla da unidade de conservação inserida no contexto do seu território, identificando os setores com os quais a unidade tem relação.

O GT de criação do conselho procurou identificar instituições de diferentes segmentos da sociedade que teriam algum tipo de relação com o Revis Ilha dos Lobos. Esta identificação levou em consideração: atuação com relação direta com os objetivos de conservação do Revis, ou a partir dos diferentes usos dos recursos naturais ou formas de interação com os atributos da UC, ou de alguma relação de conflito com a UC. Assim, a partir da identificação do GT, foram convidadas 17 instituições (conforme Tabela 2) para participar de uma oficina de caracterização do território.

Tabela 2 – Relação de instituições convidadas para oficina de caracterização do território do Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos.

<b>Instituição</b>	<b>Representação</b>
Instituto Curicaca	ONG com atuação ambiental e/ou política
Instituto Oceano Vivo	
Grupo de Estudos de Mamíferos Aquáticos do Rio Grande do Sul - GEMARS	
Pró-Squalus	
Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental - NEMA	
Onda Verde	
Colônia de Pescadores Z18 de Passo de Torres/SC	Associações
Colônia de Pescadores Z7 de Torres/RS	
Associação dos Surfistas de Torres - AST	
Comitê de Bacia local do Rio Mampituba	
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS	Universidades
UFRGS - Centro de estudos e geologia costeira (CECO)	
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS	

Instituição	Representação
Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Passo Torres/SC	
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismos de Torres/RS	Órgãos públicos
Parque Estadual do Itapeva – SEMA	
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio	

Fonte: Aline Kellermann (2016).

Para a caracterização do território, foi utilizada a técnica do mapa falado. Esta metodologia possibilita o registro e a visualização, de forma esquemática, das diferentes porções da UC e de seu território de influência apontando os principais problemas e conflitos associados aos usos do mesmo, de acordo com a visão e a participação de atores do território, incluindo moradores, pescadores, reguladores dos usos, instituições de ensino e pesquisa, etc. Além disso, considerando a especificidade do Revis Ilha dos Lobos em relação ao seu tamanho, buscou-se trabalhar também de forma mais ampla o território no qual está inserido, incluindo a caracterização da área de influência da UC. Desta forma, foram levantados: elementos da paisagem natural, como o Rio Mampituba e sua área de influência; áreas sem usos de recursos naturais e áreas com ocupação humana, com seus respectivos usos; identificação dos diferentes locais e pontos de referência no território de influência da UC.

Foram utilizadas algumas perguntas orientadoras para a atividade: a) Quais os principais usos do território?; b) Onde se localizam?; c) Por quem são utilizados?; e d) Quais os setores envolvidos com os usos do território?.

Com base na metodologia descrita acima, os participantes registraram em tarjetas o nome da instituição e qual sua atuação no território. Após o registro individual, cada participante explanou ao grupo como se dava a sua atuação na região, localizando-a espacialmente por meio da fixação das tarjetas no mapa. Os participantes ainda indicaram no mapa outras instituições que teriam atuação na região com temas relacionados ao Revis Ilha dos Lobos (Figura 4).

Figura 4 - Mapa falado do Revis Ilha dos Lobos com espacialização das instituições em relação a sua atuação no território.



Fonte: ICMBio (2016).

### 3.3 Definição de setores

Na reunião de abril de 2016, com a utilização da ferramenta do mapa falado, foram ainda abordados alguns temas relacionados ao território da UC e sua importância em relação aos objetivos da sua criação. Além disso, ao longo da oficina, os participantes também levantaram outras instituições relacionadas a estes temas. Abaixo seguem os resultados dos principais temas abordados:

**Recursos hídricos e agricultura:** participantes abordaram a importância da preservação dos recursos hídricos, principalmente em relação à qualidade das águas do rio Mampituba que deságua no mar a menos de 2 km do Revis Ilha dos Lobos. Considerando a dinâmica do estuário e sua influência sobre a zona costeira, foi destacado a importância da UC ter relação direta com a gestão deste recurso hídrico. Relacionado a este cenário, também foi citada a existência da agricultura, mais especificamente, os rizicultores que são usuários das águas do rio Mampituba

e neste sentido foi alertado sobre possíveis ações para tentar diminuir a utilização de pesticidas nestas atividades com o intuito de minimizar seus impactos sobre o rio.

Pesca: já é histórico o processo de interação da pesca com a UC, seja pela pesca na própria unidade, seja pelo conflito dos pescadores com os leões-marinhos-sul-americanos que utilizam a ilha e causam prejuízos nas redes de pesca da região, conforme já registrado por Pont et al. (2016). Desta forma, foi considerado que a gestão da UC deveria ser pensada junto com estes usuários (pescadores) do território.

Turismo: conforme o decreto de recategorização da UC, o Revis Ilha dos Lobos visa compatibilizar o ecoturismo com a conservação. Neste sentido, foram levantados vários esportes aquáticos com potencial de serem desenvolvidos na UC. Além disso, foi destacado o potencial turístico da própria cidade de Torres/RS que é um balneário e que recebe um aporte muito grande de turistas no verão, e que, portanto, tem relação direta com a dinâmica da área de influência da UC.

Pesquisa: considerando a longa atuação de algumas instituições de pesquisa na região e o atual momento da UC com a eminente elaboração do plano de manejo, os participantes reforçaram a importância das universidades para fomentar ações de pesquisa para ampliar o conhecimento da unidade e assim sugerir ações de manejo e conservação.

Educação Ambiental e monitoramento: várias ONGs ambientalistas com uma longa trajetória de atuação no território vinham desenvolvendo várias atividades tanto de monitoramento quanto de educação ambiental na região. Cabe destacar que foram elas que pressionaram o ICMBio para a criação do conselho do Revis Ilha dos Lobos. Nesta perspectiva, foram consideradas instituições que teriam muito a contribuir com a integração de ações da UC com os demais setores da sociedade.

O mapa falado oportunizou esta análise e reflexão coletiva das principais relações da UC no seu território e desta forma direcionou os setores que deveriam estar representados no seu conselho gestor. Cabe destacar que tão importante quanto a realização do mapa falado, é também, o registro sistematizado do seu resultado.

### 3.4 Sensibilização e mobilização dos setores

A partir da etapa anterior de identificação dos setores e das possíveis instituições relacionadas com os mesmos, o grupo de trabalho iniciou o planejamento das atividades de sensibilização e mobilização de cada setor.

As atividades foram desenvolvidas entre maio e junho de 2016 e ao total foram realizadas quatro mobilizações: 1) reunião com a Colônia de Pesca Z18 de Passo de Torres/SC; 2) reunião com a Colônia de Pesca Z7 de Torres/RS; 3) reunião com setores de pesquisa, ONGs e centros de reabilitação de fauna; e 4) reunião com setores de agricultura, recursos hídricos, turismo e educação.

Considerando a especificidade local e a importância da relação de pesca com a unidade como já registrada por Pont et al. (2016), optou-se fazer uma reunião com cada colônia de pesca em suas respectivas sedes. Tal decisão de realizar mais reuniões com esses atores visou garantir equidade de participação, tendo em vista que a formação e implementação dos Conselhos deve prover ações para diminuir as assimetrias sociais entre os diferentes setores da sociedade. Esta foi também uma oportunidade de estabelecer um primeiro contato com os pescadores, buscando construir uma nova relação de confiança com o órgão gestor da UC.

Nas outras duas reuniões com a participação dos demais setores, foi aplicada a metodologia do diagrama de Venn. Esta ferramenta é sugerida pelo ICMBIO (2014) e tem por objetivos conhecer diferentes setores do governo e da sociedade e sua atuação na área que está sendo trabalhada. Trata-se de um diagrama de círculos, dispostos de forma a representar as relações existentes com o tema ou área que está sendo avaliada. O diagrama trabalha com duas variáveis e pode ser construído de diferentes formas. No Revis Ilha dos Lobos trabalhou-se com círculos de mesmo tamanho concêntricos, tendo a UC e sua área de influência no centro.

Na etapa inicial da atividade, foi apresentado um quadro com o Revis Ilha dos Lobos ao centro com dois raios ao seu redor. Cada participante recebeu uma tarjeta para registrar o nome da sua instituição e posicioná-la no quadro. Foi solicitado que cada representante pensasse o posicionamento a partir dos seguintes critérios: atuação da instituição no território e grau de envolvimento (atual ou potencial) com o

Revis Ilha dos Lobos. Esta metodologia permitiu visualizar as relações das instituições com o Revis Ilha dos Lobos.

Após o posicionamento das tarjetas e a justificativa de cada representante, foi feita uma leitura conjunta do quadro com todos os participantes para verificar se haviam outras percepções sobre o resultado. Nas duas reuniões, a plenária acabou mudando o posicionamento das instituições, sendo o resultado final da metodologia apresentado na Figura 5.

Figura 5 - Relações das instituições com o Revis Ilha dos Lobos, representadas pelo diagrama de Venn (A - pesquisa, ONGs e centros de reabilitação de fauna; B - agricultura, recursos hídricos, turismo e educação).



Fonte: Aline Kellermann (2016).

### 3.5 Composição do conselho

Além das quatro mobilizações com diferentes setores, outras instituições apontadas durante as mobilizações também foram contatadas por telefone ou por visitas durante a mobilização para formação do conselho.

A reunião de composição do conselho ocorreu no dia 04 de julho de 2016, num dia simbólico em que a unidade completava 33 anos de sua criação e se propunha a definir o número de vaga de cada setor e as instituições representativas



do seu conselho gestor. Das 39 instituições convidadas, 28 fizeram-se presentes, totalizando 38 participantes.

Considerando todas as etapas anteriores de caracterização do território e mobilizações, foi formado um novo diagrama de Venn para visualizar um diagnóstico da relação de proximidade dos diferentes setores com o território do Revis Ilha dos Lobos (Figura 6).

Figura 6 - Relação dos diferentes setores com o Revis Ilha dos Lobos, representada pelo diagrama de Venn.



Fonte: ICMBio (2016).

A partir desta relação e levando-se em conta a paridade, representatividade, equidade na participação e o potencial em contribuir para o cumprimento dos objetivos da UC, a equipe do Revis e a Divisão de Gestão Participativa do ICMBio (DF) indicaram os seguintes setores com o seus respectivos números de vagas: educação (1 vaga); agricultura (1 vaga); pesca (2 vagas); recursos hídricos (2 vagas); turismo (3 vagas); órgãos públicos (5 vagas); pesquisa (4 vagas); ONGs ambientais (4 vagas).

Em seguida, foi solicitado que os representantes de cada instituição formassem grupos por setor para discutir e definir qual seria a instituição que iria

ocupar a(s) vaga(s) daquele setor no conselho. Após a discussão nos grupos, foi retomada a plenária e um participante de cada grupo informou como foi feita a divisão dentro daquele setor e quais foram as instituições escolhidas para fazer a representação. Para algumas vagas, foi definida uma instituição como representante titular e outra como suplente, conforme demonstrado na Figura 7 e esquematizado na Tabela 3.

Figura 7 – Composição do conselho do Revis Ilha dos Lobos com os setores, número de vagas e instituições representativas.



Fonte: ICMBio (2016).

Como parte do processo dinâmico de formação do conselho gestor das unidades de conservação federais (ver etapas na figura 3), é interessante mencionar que o Grupo de Trabalho (GT) do Revis Ilha dos Lobos, constituído em janeiro de 2016 para auxiliar o ICMBio nas etapas iniciais do processo, foi destituído assim que as instituições que comporiam o conselho foram indicadas.

A partir da indicação da composição, a Chefia do Revis Ilha dos Lobos enviou, em julho de 2017, um ofício a cada uma das instituições elencadas para que a instituição confirmasse seu interesse em fazer parte do conselho e indicasse o seu representante titular e suplente, quando fosse o caso. Foi ainda solicitado que as instituições encaminhassem cópia do estatuto ou ata de criação da entidade.

Toda a documentação solicitada foi anexada ao processo de criação do conselho cadastrado do Sistema Eletrônico de Informação (SEI) do ICMBio nº 02127.000031/2016-35 e analisada pela Divisão de Gestão Participativa (DF) e Coordenação Regional 9 (SC) do ICMBio conforme IN 09/2014.

### **3.6 Formalização do Conselho e posse dos conselheiros**

A formalização do conselho é composta por dois instrumentos: Portaria de criação do conselho e Termo de Homologação. O primeiro, passa pela análise da Divisão de Gestão Participativa do ICMBio (DF) que emite parecer técnico e, caso esteja de acordo com a IN 09/2014, encaminha para assinatura do presidente do órgão e publicação no Diário Oficial da União. O segundo, é analisado pela equipe técnica da Coordenação Regional do ICMBio e assinado pelo seu coordenador.

Em novembro de 2016, foi publicada a Portaria do ICMBio nº 101 (Anexo 1) que criou o Conselho Consultivo do Revis Ilha dos Lobos com a finalidade de contribuir para o efetivo cumprimento dos objetivos de criação e implementação desta unidade de conservação e em março de 2017 foi publicado o Termo de Homologação nº 01/2017 (Anexo 2) com o número de vagas e relação das instituições representativas do conselho.

O conselho foi formado por 22 vagas, ocupadas por 29 instituições, das quais 22 são titulares e sete suplentes. Sua composição ficou representada pelos seguintes setores: órgãos públicos ambientais; órgãos do poder públicos; instituições de ensino, pesquisa e extensão; usuários do território (pesca, recursos hídricos, turismo e agricultura) e organizações da sociedade civil – ONGs. Em relação à paridade, 12 instituições titulares representam o poder público e 10, a sociedade civil (Tabela 3).

Assim que publicada, a portaria foi enviada por meio eletrônico a todos os conselheiros, juntamente com o convite para a reunião de posse (Anexo 3) e uma cópia digital da obra “Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais: um guia para gestores e conselheiros”, elaborada pelo ICMBio em 2014.

Tabela 3 – Instituições titulares e suplentes (S) do conselho gestor do Revis Ilha dos Lobos (gestão 2016-2018)

Instituição	Setor
1. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio	Órgãos Públicos Ambientais
2. Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do RS	
3. Sec. Municipal do Meio Ambiente e Urbanismo de Torres/RS S = Sec. Municipal de Meio Ambiente de Passo de Torres – SC	
4. Marinha do Brasil - Comando do 5º Distrito Naval	Órgãos do Poder Público
5. Polícia Ambiental/3º Pelotão Ambiental - PATRAM S = Corpo de Bombeiros Militar do RS	
6. Coordenação Regional de Educação – Osório - RS – 11ºCRE S = Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Passo de Torres – SC	
7. Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos – CECLIMAR/UFRGS	Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão
8. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS	
9. Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS	
10. Universidade Federal do Rio Grande– FURG S = Universidade Luterana do Brasil – ULBRA	
11. Instituto Curicaca	Organizações da Sociedade civil – ONG
12. Onda Verde S = Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental - NEMA	
13. Pró-Squalus	
14. Grupo de Estudos de Mamíferos Aquáticos do Rio Grande do Sul – GEMARS	
15. Colônia de Pescadores Z-7	Pesca
16. Colônia de Pescadores Z -18	
17. Cooperativa Regional Agropecuária Sul Catarinense – Coopersulca S = Associação de Irrigantes do Rio Mampituba- AIRIM	Recursos Hídricos
18. Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN S = Instituto Riograndense de Arroz –IRGA	
19. Secretaria Municipal de Turismo de Torres/RS	Turismo
20. Associação dos Surfistas de Torres – AST	
21. Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Torres – SHRBS-LN	
22. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e da Pesca de Torres/RS	Agricultura

Em 22 de novembro de 2016, foi realizada no auditório da Colônia dos Pescadores Z7, em Torres, a reunião de posse dos conselheiros do Revis Ilha dos Lobos, com mandato de dois anos. Nesta mesma reunião, foram estabelecidas as regras gerais de funcionamento das reuniões do conselho, denominadas de “acordo de convivência”, bem como definida a missão do conselho e iniciada a elaboração do seu regimento interno (Figura 8).

Figura 8 - Conselheiros reunidos em grupo para elaboração do regimento interno do Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos.



Fonte: ICMBio (2016).

Na reunião, cada conselheiro recebeu um termo de posse de conselheiro e, logo após, foi feita a seguinte pergunta aos conselheiros: “que valores você acha que deve ter o conselheiro do Revis Ilha dos Lobos?”. Esta atividade visou avaliar a percepção dos conselheiros quanto ao seu papel e criar uma identidade do grupo.

Foi solicitado que esse questionamento fosse respondido por cada conselheiro com apenas uma palavra (Figura 9). As palavras mais citadas pelos 24 conselheiros presentes foram: “comprometimento” (n = 6), seguida de “respeito” e “diálogo” (n = 3); “cooperação” e “responsabilidade” (n = 2); e “dedicação”, “seriedade”, “atitude”, “educação”, “disponibilidade”, “conciliação”, “valorização”, “impessoalidade” (n = 1).

Após os valores apresentados por cada conselheiro, foi iniciada a elaboração da missão do conselho. Formaram-se quatro grupos de conselheiros e para cada grupo foi entregue um texto elaborado pela equipe do ICMBio, explicando o significado da palavra missão:

“Missão é uma declaração que expressa a razão de ser (o propósito) de uma organização. E, no caso o conselho do REVIS, o motivo da sua criação ou de sua existência, esclarecendo o seu papel dentro da sociedade. Desta forma, a Missão é uma declaração perene ou de longa permanência, pois é a própria condição de existência do conselho do REVIS”



Contribuir e atuar na efetividade da gestão do Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos com participação dos diversos setores da sociedade, promovendo o diálogo, a educação ambiental e a gestão de conflitos, garantindo a finalidade de criação da unidade de conservação.

### 3.7 Reuniões Ordinárias e Criação dos Grupos de Trabalho

Em 2016, além da reunião de posse dos conselheiros, foi definido o calendário das reuniões de 2017. Os conselheiros foram convocados para participar de quatro reuniões ordinárias do Conselho gestor do Revis Ilha dos Lobos. As datas e as principais pautas das reuniões realizadas estão indicadas na Tabela 4.

Tabela 4 – Resumo dos principais temas discutidos e quorum nas reuniões ordinárias do conselho gestor do Revis Ilha dos Lobos em 2017.

Data	Principais temas discutidos	Quorum da reunião
08/03/2017	Regimento Interno do Conselho* Projeto Gefmar (contratação de bolsista) Construção do Plano de Ação do Conselho.	81,8%
08/06/2017	Regimento Interno do Conselho Finalização do Plano de Ação do Conselho	77,2%
05/09/2017	Formação de três Grupos de Trabalho para: 1) Finalização do Regimento Interno; 2) Acompanhamento da elaboração do Plano de Manejo; 3) Ordenamento do turismo de observação embarcado	81,8%
08/12/2017	Regimento Interno Zona de Amortecimento	59,9%

Fonte: ICMBio (2016). Legenda: \*tema pautado, mas não discutido na reunião.

Considerando-se as quatro reuniões ordinárias realizadas durante seu primeiro ano de funcionamento, o Conselho Consultivo do Revis Ilha dos Lobos apresentou um quórum médio de 75%, chegando em algumas reuniões a estar composto por 81,8% (Tabela 4).

Com o intuito de auxiliar nas atividades do Conselho Consultivo do Revis Ilha dos Lobos, durante o ano de 2017, foram ainda compostos três grupos de trabalho (GTs) para tratar de temas específicos: GT do Regimento Interno do Conselho; GT

de Acompanhamento da elaboração do Plano de Manejo; e GT sobre Ordenamento do turismo de observação de embarcado no Revis Ilha dos Lobos.

Como pode ser observado na Tabela 4, o Regimento Interno do Conselho foi pautado nas quatro reuniões ordinárias de 2017 e começou a ser construído na reunião de posse do conselho em novembro de 2016 conforme pautado no convite de posse (Anexo 3). Portanto, o primeiro GT criado pelo conselho foi o de finalização do Regimento Interno, o qual foi submetido à Coordenação Regional 9 do ICMBio para análise e aprovado pelos conselheiros na 5ª Reunião Ordinária, realizada em 15 de março de 2018 (Anexo 4).

### **3.8 Caracterização do perfil dos conselheiros do Revis Ilha dos Lobos**

Dos 30 conselheiros que responderam o questionário (Apêndice 1), 19 eram titulares e 11 suplentes, representando os seguintes setores: órgãos públicos ambientais (n=5); órgãos do poder público (n=3); instituições de ensino, pesquisa e extensão (n=6); pesca (n=2); recursos hídricos (n=3); turismo (n=4); agricultura (n=1) e ONGs (n=6). Vale ressaltar que a Chefe do Revis, apesar de ser conselheira titular, não foi incluída na presente pesquisa por ser a responsável por sua realização.

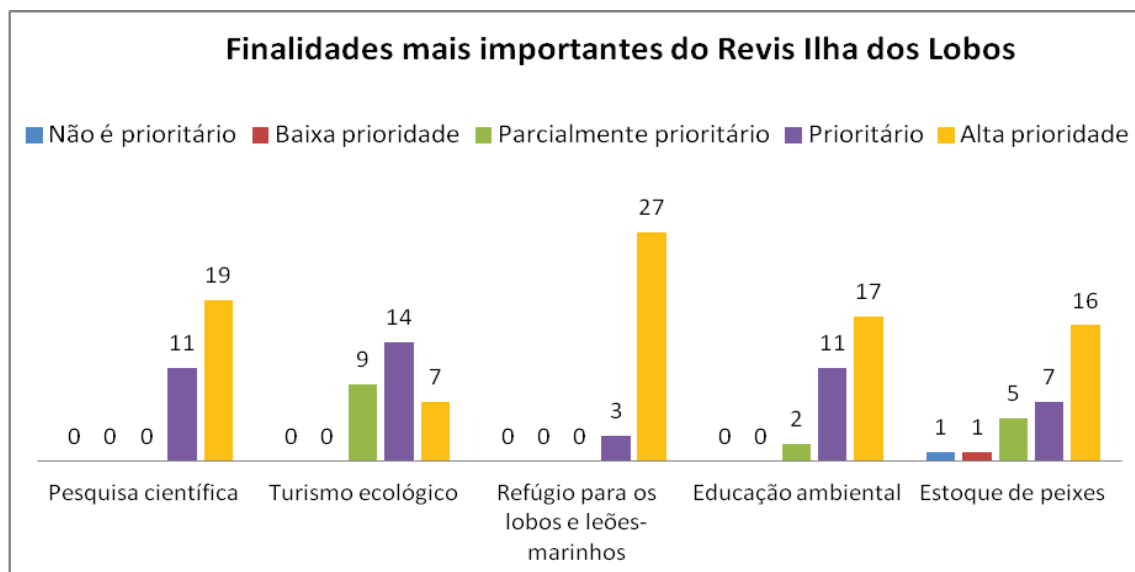
A média de idade dos conselheiros do Revis Ilha dos Lobos entrevistados foi de 43 anos (DP = 10,4 anos), sendo a maioria (66,7%) do sexo masculino. Com base nas informações dos questionários, 67% dos conselheiros também participam em outros conselhos demonstrando que os conselheiros do Revis Ilha dos Lobos já têm experiência na participação de conselhos. Além disso, constatou-se um elevado grau de escolaridade dos conselheiros, uma vez que 90% dos entrevistados possuem nível superior completo.

A maioria dos conselheiros reside no município de Torres/RS (56%) e o restante vem a Torres em atividades pontuais de trabalho, sendo que 38,5% destes vem a Torres entre 30 e 180 dias/ano, outros 38,5% permanece entre 10 e 30 dias/ano e 23% fica menos de 10 dias/ano em Torres.



Dentre cinco opções de possíveis finalidades do Revis Ilha dos Lobos, os conselheiros pontuaram que as principais finalidades da UC seriam ser um refúgio para os lobos e leões-marinhos e ser um local para a realização de pesquisas científicas (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Finalidades mais importantes do Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos

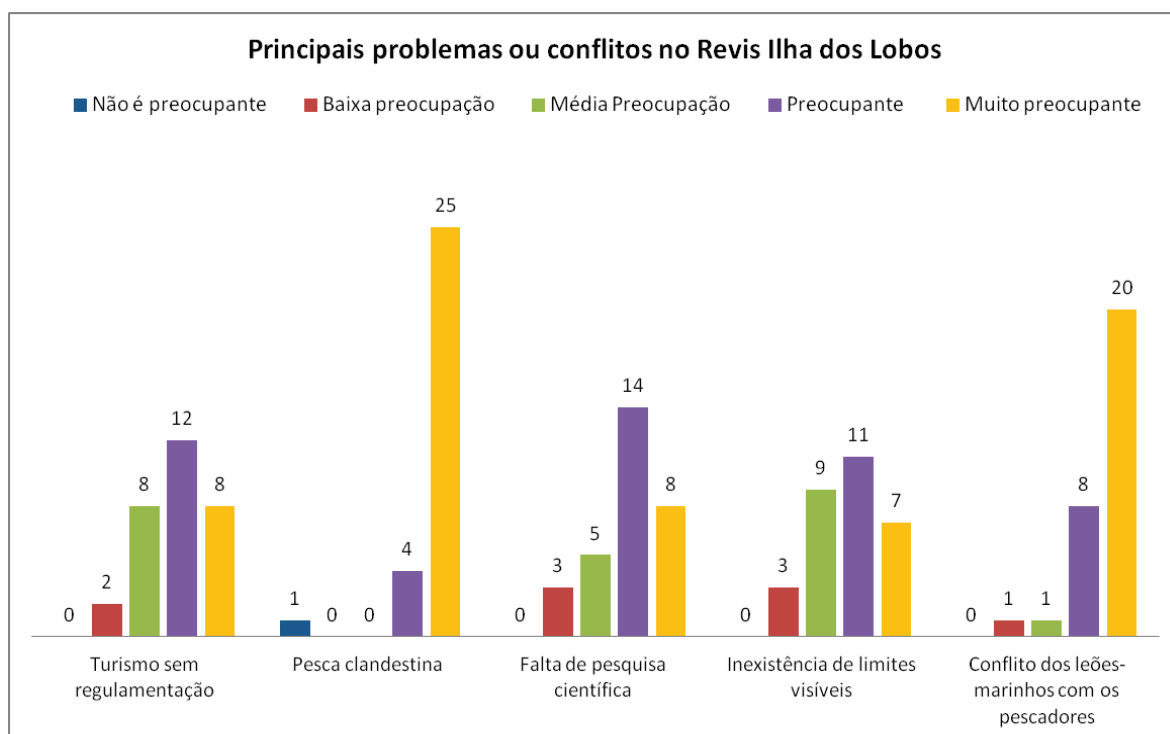


Fonte: Autora (2016).

Turismo ecológico não deixou de ser prioritário, entretanto teve a menor média. Neste sentido, observa-se que há uma boa clareza dos conselheiros em relação aos objetivos da UC de preservar os ecossistemas naturais existentes, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades controladas de educação ambiental, recreação e turismo ecológico. Apesar desta pergunta ter contemplado todos os objetivos da UC, pode demonstrar uma certa priorização dos mesmos.

Em relação aos maiores problemas ou conflitos existentes no Revis Ilha dos Lobos (ver pergunta 11, Apêndice 1), a maioria dos conselheiros sinalizaram como muito preocupados com a “pesca clandestina” e o “conflito dos leões-marinhos com os pescadores” (Gráfico 11).

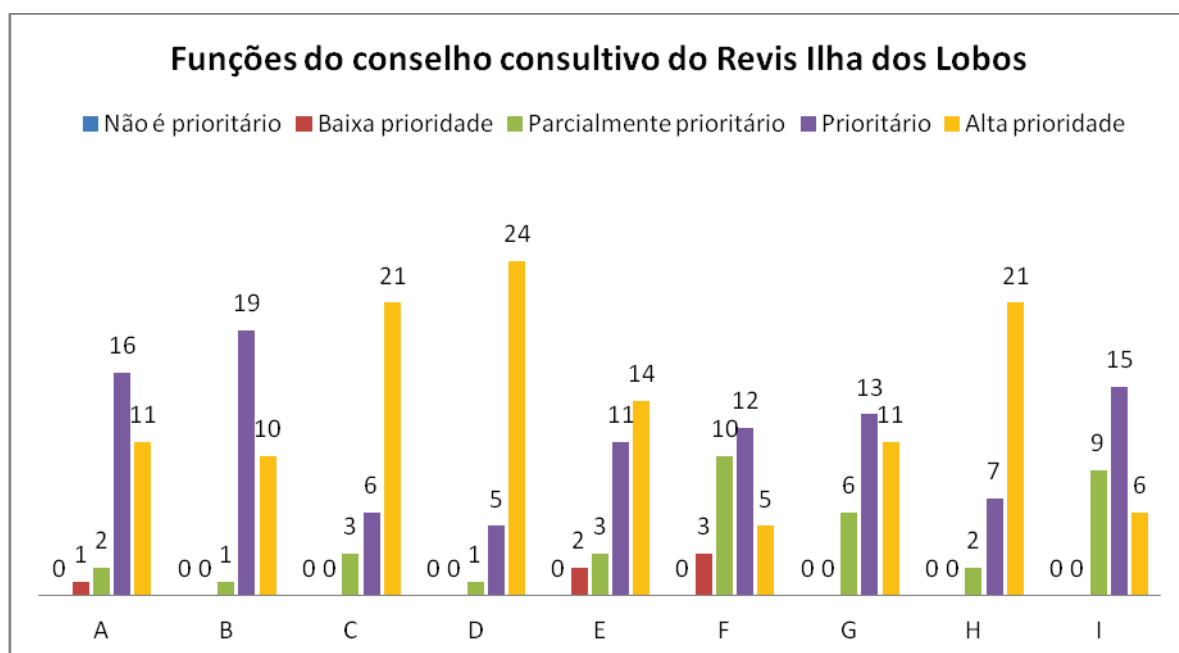
Gráfico 11 – Principais problemas ou conflitos identificados no Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos



Fonte: Autora (2016).

No entendimento da maioria dos conselheiros, as funções mais importantes do Conselho Consultivo do Revis Ilha dos Lobos em termos de prioridade (ver pergunta 12, Apêndice 1) seriam: aprovar o Plano de Manejo, elaborar o Plano de Manejo e a resolução de conflitos. “Analisar orçamento da unidade” foi considerada com a mais baixa prioridade das alternativas. (Gráfico 12). Nesta pergunta foram colocadas opções que não são consideradas competência dos conselhos gestores de unidades de conservação, segundo Decreto 4.340/2002, como: “elaborar o Plano de Manejo”. Entretanto, tal pergunta foi incluída para ver qual o grau de entendimento dos conselheiros sobre sua competência em relação ao Plano de Manejo e também porque está se buscando a gestão a partir do Conselho tendo o Plano de Manejo como produto desta construção.

Gráfico 12 – Principais funções do conselho apontadas pelos conselheiros do Refúgio de Vida Sivestre da Ilha dos Lobos.



Fonte: Aline Kellermann (2016). Legenda: A - Propor atividades para o ICMBio; B - Construir atividades que as próprias instituições conselheiras possam desenvolver; C - Elaborar o Plano de Manejo; D - Aprovar o Plano de Manejo; E - Manifestação quanto ao licenciamento de empreendimentos na área de influência do Revis; F - Analisar orçamento da unidade; G - Troca de informações sobre a unidade e entre os conselheiros; H - Resolução de Conflitos; I - Divulgar a Unidade de Conservação.

Dentre as principais motivações para participar do conselho (ver pergunta 13, Apêndice 1), os conselheiros consideraram “Contribuir para que o Revis Ilha dos Lobos seja de fato implementado” com alta motivação (24) e motivado (6), seguido de “Ajudar na conservação da natureza” e “Contribuir para a elaboração de seu Plano de Manejo”. Dentre as opções, “Dar maior visibilidade a minha instituição” foi considerada a menor motivação para participar do conselho.

### 3.9 Percepção dos conselheiros do Revis Ilha dos Lobos

Além dos questionários encaminhados a todos os conselheiros (Apêndice 1), foram entrevistados nove conselheiros entre janeiro e fevereiro de 2018, com a utilização principalmente de perguntas abertas (Apêndice 2). Neste segundo caso, foram entrevistados três mulheres e seis homens, representando os nove setores do

conselho consultivo do Revis Ilha dos lobos, numa proporção de cinco entidades do setor público e quatro da sociedade civil organizada.

Ao longo do processo de criação do conselho do Revis Ilha dos Lobos, nas diferentes etapas e reuniões, sempre era trazido e apresentado o decreto de criação da UC e nele destacado o seu objetivo: “preservar os ecossistemas naturais existentes, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades controladas de educação ambiental, recreação e turismo ecológico.”

Ou seja, por mais que a unidade leve o nome dos “lobos” seu decreto não cita que ela foi criada apenas para a conservação desta espécie, mas para preservar os ecossistemas naturais. Desta forma, os conselheiros foram perguntados sobre “Qual o objetivo de criação do REVIS Ilha dos Lobos?” Todos os conselheiros tiveram o entendimento de que o objetivo de criação da unidade foi para a preservação/conservação ambiental de uma forma geral, sendo que apenas três entrevistados (33%) citaram os lobos-marinhos e neste caso dando exemplo também de outras espécies como aves e peixes.

Na entrevista, o conflito mais citado pelos conselheiros foi a pesca (88,9%). Apenas um entrevistado não a mencionou quando foram perguntados sobre quais os principais conflitos que existem ou podem surgir em relação ao Revis. Na sequência, a segunda maior preocupação dos conselheiros foi em relação às atividades turísticas e de esportes aquáticos que poderiam ocorrer no Revis (44%). Ainda foram citados como preocupação e conflito com a agricultura em relação à contaminação da água do rio Mampituba e o possível uso de outras atividades profissionais na região. Somente um dos conselheiros citou a interação dos leões-marinhos com a pesca como um conflito.

“O conflito com os lobos-marinhos nunca deixou de existir, porque mesmo fora da reserva os lobos-marinhos\* atacam as redes, além de comer os peixes que é um dos problemas, mas o principal problema para o pescador é que rasgam e destroem as redes de pesca.”

Considerando as discussões que já foram levantadas tanto na formação do conselho e dos setores aos quais ele se relaciona, os entrevistados foram questionados se tinham algum receio de que alguma atividade que possa vir a ser liberada no Revis Ilha dos Lobos venha causar algum impacto negativo sobre ela.

Oito dos nove conselheiros manifestaram não ter receio em relação a possíveis impactos de atividades e, além disso, manifestaram uma confiança no conselho, pois citaram que para uma atividade ser liberada ela teria que passar pelo conselho e não seria liberada sem ter uma ampla discussão entre os conselheiros e dos possíveis impactos que poderia causar e a forma de minimizá-los. Abaixo um trecho que sintetiza esta visão:

“Eu não vejo a chance de ser liberada nenhuma atividade que eventualmente ocasione algum impacto negativo na ilha. Entendo que qualquer atividade que vir ser liberada na área da ilha deverá ser analisada pelo conselho, o qual tem um quadro técnico relevante de mais de 20 instituições”.

Todavia, um conselheiro pontuou receio com os impactos que podem advir de atividades turísticas que venham a ser liberadas no Revis Ilha dos Lobos. Citou preocupação com o turismo não só no refúgio, mas também nas praias, com a geração de lixo que o turismo traz à cidade, sobrecarga no sistema de tratamento de efluentes e que estes impactos poderiam ter relações diretas com a ilha como lixo chegando na unidade e conseqüentemente estes impactos poderiam impedir a vinda dos pinípedes ao Revis Ilha dos Lobos.

“O turismo pode prejudicar bastante. O turismo pode trazer lixo para a ilha que pode prejudicar também a vinda dos lobos”.

Todos os conselheiros manifestaram ter desejo que o Revis da Ilha dos Lobos permaneça como um local de conservação. Ver atividades desenvolvidas de turismo ecológico foi o desejo mais apontado (44%), seguido de ver o Plano de Manejo elaborado e implementado (33%). Também foi citado por 22% dos conselheiros entrevistados que desejam que a sociedade como um todo esteja mais envolvida com a conservação do Revis. Ademais, também demonstraram interesse que na UC houvesse: i) mais pesquisa; ii) que ela contasse com mais servidores; iii) que houvesse mais fiscalização; e iv) que a UC também fosse autossustentável economicamente.

Em contrapartida, também foi manifestado o desejo de que houvesse uma permissão de pesca para pescadores artesanais locais pescarem a garoupa-verdadeira (*Epinephelus marginatus*) no Revis Ilha dos Lobos. Tal desejo refere-se

ao uso da ilha por pescadores locais antes desta se tornar uma área protegida. Atualmente, a garoupa-verdadeira é uma espécie ameaçada de extinção, tanto em nível nacional (Portaria MMA nº 445 de 17 de dezembro de 2014),

A maioria dos conselheiros indicaram que os principais papéis do conselheiro seriam: i) subsidiar o conselho de informações técnicas; ii) auxiliar na integração da sociedade com a unidade; e iii) divulgar a UC. Paralelamente, destacaram também que os conselheiros deveriam se apropriar mais sobre a biodiversidade da unidade e conhecer mais profundamente o Revis Ilha dos Lobos para auxiliar a sua implementação. Foi citado ainda algumas atitudes como ser ativo e participativo e também auxiliar na execução dos planos de ação.

Em relação à representatividade das instituições, foi perguntada como era a comunicação com outros integrantes da sua instituição/comunidade antes e/ou depois das reuniões do conselho. Dos representantes das cinco instituições públicas, dois relataram que a comunicação ocorre predominantemente entre os conselheiros, no caso o titular para o suplente, outros dois responderam que a comunicação é eventual ou é difusa e um relatou que as pautas da reunião são trazidas para as reuniões semanais de equipe. Quanto às quatro instituições da sociedade civil organizada, três disseram que a comunicação é diária com a sociedade ou nas reuniões periódicas da entidade, sendo que uma delas disse que a comunicação se restringe mais da interação com o suplente e com relatórios de participação.

A maioria dos conselheiros (88%) tem uma percepção positiva do funcionamento do conselho do Revis Ilha dos Lobos, sendo que um dos conselheiros não soube falar sobre o funcionamento do conselho. A maioria dos entrevistados considerou o conselho com uma boa qualidade técnica, com representantes que têm bastante conhecimento. Isto leva a outro ponto apontado pelos entrevistados que citaram que consideram o conselho participativo e atuante. Entretanto, também foi ponderado por alguns conselheiros que alguns integrantes do conselho centralizam mais a fala, enquanto outros, têm mais dificuldade para se expressarem. Mas, em geral, classificam o ambiente como respeitoso e destacaram que, até o momento, não houve conflito nas reuniões.

Em relação aos resultados e funcionamento do conselho, todos entrevistados concordaram que as diversas etapas de formação do conselho contribuíram para um maior entendimento dos objetivos do conselho do Revis Ilha dos Lobos e que o conselho do Revis tem uma composição adequada de atores sociais para discutir os temas propostos.

Quanto à metodologia de trabalho durante das reuniões, todos conselheiros concordaram que a utilização de ferramentas participativas nas reuniões do conselho facilitaram a participação dos conselheiros. Sobre os temas tratados em reuniões do Revis, os conselheiros concordaram que são relevantes e prioritários para a conservação do Revis e para os atores sociais envolvidos. Além disso, concordaram que as reuniões do Conselho proporcionaram aprendizados que contribuíram para sua atuação na área. A respeito da relação entre as instituições do conselho, 88% dos conselheiros concordaram que as reuniões do Conselho têm aumentado a confiança entre os diferentes atores envolvidos, embora um dos conselheiro não soube responder esta questão.

Cinco dos nove conselheiros ressaltaram como positivo o perfil técnico dos conselheiros, de ser composto por profissionais que têm bastante conhecimento técnico nos diferentes setores, desde a pesca às universidades. Entretanto, dois conselheiros citaram a necessidade de uma boa moderação das reuniões, para que todos tenham voz no intuito de evitar que as conversas sejam polarizadas entre os profissionais que têm mais facilidade de expressão. Além do mais, um conselheiro citou também que é preciso capacitar os conselheiros, uma vez que existem alguns que não conhecem a história da unidade.

#### 4. DISCUSSÃO

Conforme Santos et al. (2005) a construção de espaços públicos não é instantânea e a formação do conselho é apenas uma etapa inicial dentro do processo de gestão participativa. Portanto, por mais que a IN n° 09/2014 detalhe as etapas de formação dos conselhos das unidades de conservação, cada processo tem a sua especificidade e seu tempo de formação, com algumas unidades precisando de mais tempo e outras, menos. Entretanto, a DGPEA considera como um tempo razoável para a formação de um conselho entre seis a 18 meses (Informação verbal)<sup>1</sup>. Neste sentido, a formação do conselho gestor do Revis da Ilha dos Lobos envolveu mais de 50 instituições e ocorreu ao longo de dez meses, desde a primeira reunião do grupo de trabalho em 27 de janeiro de 2016 até a publicação e posse dos conselheiros em 10 e 22 novembro de 2016, respectivamente.

No contexto do Revis Ilha dos Lobos, percebemos que dois fatores contribuíram para um bom andamento do trabalho e a rápida formação deste conselho: o grau de mobilização da sociedade e o tempo de criação da UC (mais de 30 anos). Sobretudo, a mobilização e pressão social que resultou na ação civil pública que pressionou o ICMBio pela criação do conselho.

O próprio ambiente das oficinas e reuniões foi bem produtivo, o que indica uma boa aceitação da sociedade. Percebeu-se que havia uma vontade de fazer parte, mesmo que, num primeiro momento, para muitos ainda não estava tão claro o que significava participar do conselho ou das funções de um conselheiro. Este interesse coletivo refletiu na dificuldade em limitar as vagas do conselho para que este não fosse demasiadamente grande, pois um conselho menor tende a ser mais dinâmico e participativo. Bernard (2009) numa rápida comparação entre diferentes conselhos (n=40), constatou que os conselhos de UCs tinham em média o dobro de assentos (n=26) que conselhos similares de entidades de outros ramos (e.g. bancos, ONGs ambientalistas, fundações). Observou também que conselhos de UCs com muitos assentos tendem a ter um quórum mais baixo de participação e as chances de ausência, desinteresse e desistência nestes conselhos é maior do que em um conselho mais enxuto.

---

<sup>1</sup> Informação verbal da Divisão de Gestão Participativa e Educação Ambiental (DGPEA) do ICMBio, responsável pelo apoio na formação dos conselhos de UCs federais.



As etapas de caracterização do território e mobilização dos setores foram determinantes para estabelecer a formação do conselho baseada na nova metodologia adotada pelo ICMBio por meio da IN 09/2014, a qual está fundamentada na representação por setor e não mais das instituições. Este também foi um grande desafio para a própria gestão da UC: aprender a olhar a unidade a partir da relação dos atores com o território protegido por ela e sua área de influência. A título de exemplo, inicialmente não entenderíamos a participação do setor da agricultura num conselho de uma ilha marinha. Entretanto, a partir da caracterização do território, ficou clara a sua relação com o rio Mampituba, com a ictiofauna associada ao mesmo, e com toda a zona estuarina que se estende muitas vezes até as proximidades da ilha.

Os conselheiros entrevistados foram unânimes em afirmar que a utilização de ferramentas participativas facilita a participação dos conselheiros e, neste caso, colaborou para uma percepção positiva do funcionamento do conselho pelos entrevistados. Além disso, proporcionaram uma maior interação entre o grupo, aumentado a confiança entre os diferentes atores e, por fim, também contribuíram para a formação de um espaço mais propício à construção coletiva. Entretanto, Santos et al. (2005) alertam que mais do que dispor de uma “caixa de ferramentas” metodológicas, é necessário ter uma boa “visão” do processo considerando que os atores sociais locais não têm as mesmas condições quando se trata de participação em espaços públicos e complementam: “há diferenças de poder, capacidades, habilidades e acesso à informação que precisam ser equacionados, visando maior equidade da participação.” (SANTOS et al., 2005, p. 179).

Partindo-se dos princípios que aprende-se a participar participando, e que o diálogo é a base para o funcionamento dos conselhos, é premente dispor de pessoal qualificado para promover o diálogo, criando e mantendo os fluxos de comunicação com os diversos setores interessados (WWF 2013). Nessa lógica, cabe destacar a importância do ICMBio ter continuamente capacitado seus servidores em ciclos de gestão participativa com o intuito de garantir a participação da sociedade brasileira nos diversos instrumentos de gestão das unidades de conservação de uma forma democrática. Assim, o fato de tanto a equipe da unidade quanto os outros servidores do ICMBio que apoiaram nas atividades terem passado por esta capacitação, contribui de forma decisiva para alcance dos objetivos de cada etapa. Ao mesmo

tempo, a experiência prévia da maioria dos conselheiros em outras instâncias colegiadas, parece também ter contribuído positivamente para as atividades de formação do conselho gestor do Revis Ilha dos Lobos.

Apesar do conselho do Revis ser recém formado, esta mesma experiência prévia de seus representantes na participação em conselhos de outras unidades de conservação e comitês de bacias hidrográficas, também refletiu na confiança que os mesmos tem no conselho como espaço democrático de decisão. Constatada nos motivos pelos quais a maioria dos entrevistados manifestou não ter receio de que alguma atividade que venha ser liberada na UC cause impacto negativo sobre mesma: “para ser liberada teria que passar pelo conselho e não seria liberada sem uma ampla discussão entre os conselheiros”. Da mesma maneira, o questionário apontou dentre as funções do conselho que mais de 90% dos conselheiros consideram como altamente prioritário a resolução de conflitos, fato que a resolução de conflitos está contemplada na própria missão do conselho o que caracteriza um conselho coeso com seus objetivos.

Os conselheiros entrevistados reafirmaram que o maior problema ou conflito da unidade é com a pesca clandestina, como foi apontada pelo primeiro questionário. Entretanto, diferentemente do que foi constatado no questionário, somente o setor da pesca, citou a interação dos leões-marinhos com os pescadores como um conflito. Sobre este tema, Pont et al. (2015) constataram que a percepção dos pescadores de dano sobre a pesca geralmente excede a evidência real. Engel et al. (2014) ao analisar a percepção e atitude de cinco grupos em relação ao Revis Ilha dos Lobos, também constatou que apenas o grupo dos pescadores considerou a presença dos leões-marinhos como um obstáculo para as suas atividades de pescas. Apesar deste conflito estar contemplado no próprio Plano de Ação do conselho, a baixa menção a ele também pode ser por ainda não ter sido trabalhado pelos conselheiros no âmbito conselho.

Magalhães, Bononi e Mercante (2010) após analisarem a participação da sociedade civil na gestão de unidades de conservação, concluíram que a melhoria da qualidade ambiental, está diretamente ligada ao processo de capacitação, para que os membros dos conselhos possam atuar com mais conhecimento e a tomada de decisão seja eficiente e eficaz. Sobre este tema WWF (2013) também identificou

que a falta de capacitação continuada dos conselhos dificulta a tomada de decisão de forma mais qualificada. Portanto, é necessário que haja atividades de capacitação continuada aos conselheiros do Revis Ilha dos Lobos que possibilitem aos membros do conselho uma participação qualificada. Neste sentido Magalhães, Bononi e Mercante (2010) vão além e sugerem que os representantes dos conselhos deveriam possuir uma carga horária mínima de cursos voltados à educação ambiental, gestão participativa e percepção ambiental, para que não só as unidades de conservação tenham efetividade em sua gestão, mas todo processo relacionado ao uso dos recursos naturais nas localidades.

A motivação do conselho para contribuir com a implementação da UC pode ser constatada também pela sua participação nas reuniões. O quorum médio das reuniões ordinárias realizadas pelo Conselho Consultivo do Revis Ilha dos Lobos em 2017 foi bastante alto (75%), superior aos 58% verificado por Bernard (2009) em outros dois conselhos de unidades de conservação federais brasileiras e aos 45% constatado por Magalhães; Bononi; Mercante (2010) em nove conselhos municipais de meio ambiente e uma UC estadual do Estado do Mato Grosso do Sul.

Praticamente a metade dos conselheiros entrevistados, reside em Torres/RS, o que em termos de logística, facilita a participação dos conselheiros às reuniões. Bernard (2009) destaca que UCs de difícil acesso, comuns na Amazônia, tendem a ter um quorum menor de participação. Entretanto a não participação nas reuniões do conselho do Revis Ilha dos Lobos não está relacionada ao local de residência dos conselheiros, pois a maioria (77%) dos conselheiros que faltaram às reuniões residem em Torres/RS. Verificou-se que no período analisado (2017) 59% das instituições que faltaram às reuniões representam a sociedade civil organizada. Tonella (2003) destaca que a participação do segmento governamental e da sociedade civil ocorre de forma diferenciada, pois para o funcionário público participar de reuniões de conselho se configura em apenas mais uma atividade e as reuniões ocorrem muitas vezes em seu horário de expediente. Ao passo que para os representantes das entidades, a participação é voluntária e implica muitas vezes um esforço extra em termos de tempo e de deslocamento.

O elevado grau de escolaridade dos conselheiros e sua experiência na participação de outros conselhos, corrobora com a constatação de Magalhães;

Bononi; Mercante (2010) de que as pessoas com maior escolaridade e que se destacam na comunidade, são indicadas como conselheiros. Tonella (2003) observou o mesmo perfil em conselhos de Assistência Social, Direitos da Criança e do Adolescente, Saúde, Trabalho e Educação no Estado do Paraná, concluindo que os conselheiros, em geral, estão acima da média do brasileiro tanto em escolaridade (71,5% com ensino superior) como em engajamento político-partidário.

Por este ângulo, segundo Pretto e Marinon (2017) a gestão participativa prevista no arcabouço legal dificilmente sairá do papel se não houver uma apropriação desse espaço por estes atores, e vão além, afirmando que “a atuação (e não a presença) dos conselheiros é o elo fundamental para a mudança de paradigma envolta aos conselhos de UC”, pois somente desta forma, com conselheiros engajados, a participação será efetiva e inclusiva.

Tebet (2017) ao analisar o conselho consultivo da Estação Ecológica de Guaraqueçaba propõem a co-gestão adaptativa como um mecanismo de aprimoramento do funcionamento da gestão participativa nas UCs, sugerindo que:

“O conselho deveria impulsionar mais atividades e ações realizadas conjuntamente por um ou mais membros do conselho. Atividades para além do debate e discussão durante as assembleias criariam um ambiente de experiências mais propícias a gerarem aprendizados sociais mais profundos e transformadores.” (TEBET, 2017,P. 57)

Para tanto, o conselho precisa ser capaz de estabelecer uma relação de confiança mútua entre o órgão gestor e os diferentes setores da sociedade. Esta relação é de vital importância, visto que diversos estudos têm demonstrado que a efetividade das áreas protegidas está intimamente ligada ao grau de inclusão e participação da sociedade (e.g. Andrade & Rhodes, 2012; Oliveira Júnior et al., 2016).

## 5. CONCLUSÃO

A formação do conselho gestor do Revis Ilha dos Lobos representa um marco histórico para a gestão participativa desta unidade de conservação, consolidando um espaço não só de discussão, mas de integração da gestão da UC com os atores do seu território de influência. O conselho para esta UC inicia também uma nova forma de olhar para gestão que evolui ao longo destas três décadas: diferentemente do contexto da sua criação na década de 1980 que havia um foco de gestão voltado à proteção, hoje o atual órgão gestor (ICMBio) tem um foco na gestão participativa no intuito de envolver a sociedade para apropriar-se da UC e buscar a sua integração regional.

Um dos objetivos desta pesquisa foi registrar como ocorreu esta formação, tendo em vista que este registro das mobilizações e discussões no território é importante para a própria UC, pois mesmo com a mudança do gestor da unidade a informação fica sistematizada e disponível não só o órgão gestor da UC, mas a toda sociedade. Além disso, o registro e a reflexão sobre o processo de formação deste conselho gestor pode auxiliar outros gestores na formação de outros conselhos de UCs.

Dentro do foco do mestrado profissional, o resultado da pesquisa também buscou registrar como ocorreram as diferentes etapas da formação do conselho de uma unidade de conservação a partir da nova metodologia instituída pela instrução normativa do ICMBio. Sobre este aspecto, esta metodologia apesar de trazer ao gestor o desafio de pensar as relações da UC com os diferentes setores aos quais se relaciona, proporciona um exercício rico de “olhar” para o território e vê-lo representado no conselho, mudando o paradigma de representação apenas por instituições, que em algumas situações não tinha-se claro que setor da sociedade estavam representando. Com os resultados, também foi possível constatar que os conselheiros tem a percepção que esta metodologia proporcionou uma composição adequada deste conselho.

Com esta pesquisa foi possível identificar o perfil deste conselho gestor. Embora o mandato dos conselheiros seja de dois anos, muitos conselheiros acabam sendo reconduzidos para o mandato seguinte, portanto este perfil auxilia o próprio conselho a perceber-se e criar uma identidade, além de ser um bom diagnóstico para a gestão da UC direcionar necessidades mais específicas de capacitação do conselho no intuito de auxiliar na qualificação da sua atuação.

Em relação ao perfil dos conselheiros, pode-ser observar, também, que os conselheiros tem a percepção de que o atual conselho do Revis Ilha dos Lobos é bastante técnico, não somente em relação ao grau de escolaridade, mas, principalmente, do conhecimento que os mesmos têm do setor que representam.

Pode-se verificar que o conselho gestor do Revis Ilha dos Lobos, recém formado está bastante mobilizado e motivado na realização de suas ações. Tudo indica que utilização de metodologias participativas colaboraram para construir um ambiente de confiança entre os atores. Como resultado, há de fato grande chances deste conselho se consolidar como um conselho participativo e democrático que venha contribuir na gestão e implementação do Revis Ilha dos Lobos. Entretanto, um conselho é complexo e dinâmico com muitas variáveis difíceis de serem mensuradas. Além disso, em função dos interesses dos diferentes atores sociais, novos desafios e conflitos deverão surgir, sendo provavelmente poucos deles previsíveis.

Portanto, é preciso que, a partir de agora, seja também construído com os próprios conselheiros metodologias de monitoramento da atuação do conselho no intuito de identificar as dificuldades e encontrar formas de superá-las para que o conselho seja também um espaço de construção e constante aprendizado. Ao mesmo tempo, é imperativo que o conselho participe da elaboração de estratégias de ação que visem não apenas esclarecer para a sociedade os objetivos da Revis Ilha dos Lobos, mas que permitam, de fato, uma maior participação e retorno para as comunidades locais.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Gustavo. S. M.; RHODES, Jonathan R. Protected areas and local communities: an inevitable partnership toward successful conservation strategies? **Ecology and Society**. vol. 17, n. 4, 14. 2012.

BENSUSAN, Nurit. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. São Paulo, FGV, 2006.

BERNARD, Enrico. Sobre bons e maus conselhos. **O Eco Jornalismo Ambiental**. Publicado em 31 agosto de 2009. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/22360-sobre-bons-e-maus-conselhos/>>. Acessado em 24 mar. 2018.

BORDENAVE, Juan Diaz. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto Presidencial S/Nº, de 4 de julho de 2005**. Altera a categoria da unidade de conservação Reserva Ecológica Ilha dos Lobos para Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos, no litoral do Município de Torres, Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Dnn/Dnn10578.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Dnn/Dnn10578.htm)>. Acesso em: 03 mai. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/leis/l9985.htm>>. Acesso em: 03 mai. 2017.

BRASIL. **Decreto Federal nº5.758, de 13 de abril de 2006**. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5758.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5758.htm)>. Acesso em 04 mai. 2017.

BRASIL. Decreto Federal nº8.243, de 23 de mai de 2014. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/decreto/d8243.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8243.htm)>. Acesso em 18 dez. 2017.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Instrução Normativa nº 09 de 05 de dezembro de 2014**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 dez. 2014. Seção 1, p. 124.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Portaria nº 101 de 09 de novembro de 2016**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 nov. 2016. Seção 1, p. 51.

CARDOSO, Luis Gustavo; HAIMOVICI, Manuel. Caracterização tecnológica, social, econômica e ecológica da atividade pesqueira sediada em Passo de Torres, Santa Catarina, Brasil. **Boletim do Instituto de Pesca**. São Paulo, v. 37(3), p. 275–288, 2011.

DEMO, Pero. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. São Paulo: Cortez, 1988.

ENGEL, Mônica Tais. et al. Perceptions and attitudes of stakeholder towards the wildlife refuge of ilha dos lobos, a marine protected area in Brazil. **Marine Policy**. v. 45. 2014. p. 45–51.

Estima, S.C.; SILVA, K.G.; BARBOSA -FILHO, R.C. **Lista de Espécies da Avifauna no Refúgio da Vida Silvestre do Molhe Leste e na Reserva Ecológica da Ilha dos Lobos, Rio Grande do Sul – Brasil**. Anais da XIV Semana Nacional de Oceanografia. Rio Grande: Centro Acadêmico Livre de Oceanologia. out. 2001.

FILHO, Nelson Adams. **Histórias Torres – Aspectos**. Sombrio: Jornal Diário Gazeta, 2014. 1 v.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não. Cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho d'Água, 1993.

HUNTINGTON, Henry. Using traditional ecological knowledge in science: methods and applications. **Ecological Society of America**. v. 10, No. 5. Out. 2000. p. 1270-1274.

INSTITUTO CHICO MENDES DA BIODIVERSIDADE. **Conselho Gestores de Unidades de Conservação Federais: um guia para gestores e conselheiros**. Brasília: ICMBio, 2014.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. Painel dinâmico de informações. Brasília: ICMBio, 2017. Documento não paginado. Disponível em: <[http://qv.icmbio.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc2.htm?document=painel\\_corporativo\\_6476.qvw&host=Local&anonymous=true](http://qv.icmbio.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc2.htm?document=painel_corporativo_6476.qvw&host=Local&anonymous=true)> Acesso em: 6 mar. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS - IBASE. **Gestão participativa em unidades de conservação**. Rio de Janeiro, Julho de 2006.

LIKERT, Rensis. **A technique for the measurement of attitudes**. Nova Iorque: Universidade de Nova Iorque, 1932.



LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; CUNHA, Cláudia Conceição. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. **Ambiente & Sociedade**. Campinas, v. 11, n. 2, p. 237-253, jul.-dez. 2008.

MACHADO, Rodrigo. et al. Operational interactions between South American sea lions and gillnet fishing in southern Brazil. **Aquatic Conservation: Marine and Freshwater Ecosystems**. v. 26, p. 108-120. 2015.

MAGALHÃES, H.; BONONI, V. L. R.; MERCANTE, M. A. Participação da sociedade civil na gestão de unidades de conservação e seus efeitos na melhoria da qualidade ambiental da região Sudeste do Estado do Mato Grosso do Sul. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, Brasil. v. 32, núm. 2, 2010. p. 183-192.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros**. Brasília: MMA/SBF, 2002. 404 p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/arquivos/Bio5.pdf>. Acesso em 20 de setembro de 2016.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Portaria nº 445 de 17 de dezembro de 2014**. Lista Nacional das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção – Peixes e Invertebrados Aquáticos. Disponível em: [http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/2014/p\\_mma\\_445\\_2014\\_lista\\_peixes\\_amea%C3%A7ados\\_extin%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/2014/p_mma_445_2014_lista_peixes_amea%C3%A7ados_extin%C3%A7%C3%A3o.pdf). Acesso em 20 de setembro de 2016.

MITTERMEIER, Russell A. et al. Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil. **Megadiversidade**. v.1(1). 2005. p. 14-21.

OLIVEIRA, José Gilmar C. et al. Measuring what matters – Identifying indicators of success for Brazilian marine protected areas. **Marine Policy**, v. 74. 2016. p. 91-98.

OLIVEIRA, Larissa Rosa. Carnívoros Marinhos. In Weber M. M.; Roman, C.; Cáceres N. C. (orgs.). **Mamíferos do Rio Grande do Sul**. Santa Maria: UFSM. 2013. p.405-429.

PONT, Ana Carolina et al. The human dimension of the conflict between fishermen and South American sea lions in southern Brazil. **Hydrobiologia** v. 770, 2016. p. 89-104.

PRETTO, Dan Jacobs; MARIMON, Maria Paula Casagrande. Desafios à gestão participativa na perspectiva dos gestores e conselheiros da Reserva Biológica

Marinha do Arvoredo, Santa Catarina. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 42, 2017. p. 328-344.

ROHDE, Geraldo Mário. A origem geológica das formações de Torres-RS. Boletim Geográfico RS, Porto Alegre, n. 18, 1975.

ROSAS, Fernando César Weber et. al. Seasonal movements of the south american sea lion (*Otaria flavescens*, Shaw) of the Rio Grande do Sul coast, Brazil. **Mammalia** 58(1):51-59. 1994.

ROSSO, Fernando Motta; MAZOTTI, Giovane; OTT, Paulo Henrique. **Contribuição para o conhecimento da avifauna do Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos, Rio Grande do Sul, Brasil**. Jornada de Iniciação científica de Meio Ambiente FZBRS/FEPAM. Porto Alegre. Agosto 2016.

SANTOS, A. et al. (Org.). **Metodologias participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SILVA, Kleber. Grübel et al. **Projeto Mamíferos marinhos no litoral do Rio Grande do Sul**. Rio Grande: NEMA, 2014.

STRAPAZZON, Márcia Casarin; MELLO, Nilvânia Aparecida. Um convite a reflexão sobre a categoria de unidade de conservação refúgio de vida silvestre. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, vol.18, n.4, p.161-178, out.-dez. 2015.

TEBET. Guilherme Cândido de Campos. **Repositório Digital Institucional da UFPR**. Avaliação institucional da conservação e desafios da cogestão adaptativa: o caso da Estação Ecológica de Guaraqueçaba (Paraná, Brasil). 2017. 73p. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Sistemas Costeiros e Oceânicos, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/49134>> Acesso em: 10 nov 2017.

TONELLA, Celene. Poder local e políticas públicas: um estudo exploratório sobre conselhos gestores. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, v. 10, p. 103-139, 2º sem. 2003

World Wide Fund for Nature - Brasil. **Reflexões sobre conselhos gestores de unidades de conservação federais apoiadas pelo WWF-Brasil: Lições aprendidas com os Conselhos Gestores das Reservas Extrativistas Chico Mendes e Cazumbá - Florestas Nacionais de Macauã e de São Francisco e Parque Nacional do Juruena**. Brasília, WWF-Brasil, 2013.

World Wide Fund for Nature - Brasil. **Ciclo de gestão de conselhos de unidades de conservação**. Brasília: WWF-Brasil, 2016.

**APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO PARA CONSELHEIROS DO REVIS ILHA DOS LOBOS**

1. Atividade profissional: \_\_\_\_\_
2. Instituição que representa: \_\_\_\_\_
3. Há quanto tempo está atuando/trabalhando nesta instituição: \_\_\_\_\_
4. **Idade:** \_\_\_\_\_ anos
5. **Sexo:** ( ) Masculino ( ) Feminino
6. **Escolaridade:** ( ) Fundamental Incompleto ( ) Fundamental ( ) Médio incompleto ( ) Médio completo ( ) Superior Incompleto ( ) Superior
7. **Já participa de outros conselhos?**  
 ( ) Não ( ) Sim  
 Quais? \_\_\_\_\_
8. **Principal vínculo com o município de Torres/Passo de Torres?**
  - a) ( ) Nascido e morador da cidade
  - b) ( ) Morador da cidade
  - c) ( ) Não morador – Residente no município: \_\_\_\_\_
    - c. 1. ( ) Veranista
    - c. 2. ( ) Visitante/Turista
    - c. 3. ( ) Atividades de trabalho eventuais
9. **Com qual frequência costuma estar no município de Torres/Passo de Torres?**
  - a) ( ) Menos de 10 dias por ano
  - b) ( ) Entre 10 e 30 dias por ano
  - c) ( ) Entre 30 e 180 dias por ano
  - d) ( ) Mais de 180 dias por ano
10. **Numa escala de 1 a 5, quais as finalidades do Revis Ilha dos Lobos que você considera mais importantes?**  
**1 – Não é prioritário 2 – Baixa prioridade 3 - Parcialmente Prioritário 4 – Prioritário 5- Alta Prioridade**
  - a) ( ) Pesquisa científica
  - b) ( ) Turismo ecológico
  - c) ( ) Refúgio para os lobos e leões-marinhos
  - d) ( ) Educação ambiental
  - e) ( ) Estoque de peixes

f) ( ) Outro:

---

**11. Numa escala de 1 a 5, quais os maiores problemas ou conflitos existentes no Revis Ilha dos Lobos ?**

1 – Não preocupante 2 – Pouco preocupante 3 – Média preocupação 4 – Preocupante 5- Muito preocupante

- a) ( ) Turismo sem regulamentação
  - b) ( ) Pesca clandestina
  - c) ( ) Falta de pesquisa científica
  - d) ( ) Inexistência de limites visíveis
  - e) ( ) Conflito dos leões-marinhos com os pescadores
  - f) ( ) Outro:
- 

**12. Numa escala de 1 a 5, indique e pontue as funções do Conselho Consultivo do Revis Ilha dos Lobos que você considera mais importantes.**

1 – Não é prioritário 2 – Baixa prioridade 3 - Parcialmente Prioritário 4 – Prioritário 5- Alta Prioridade

- a) ( ) Propor atividades para o ICMBio
- b) ( ) Construir atividades que as próprias instituições conselheiras possam desenvolver
- c) ( ) Elaborar o Plano de Manejo
- d) ( ) Aprovar o Plano de Manejo
- e) ( ) Manifestação quanto ao licenciamento de empreendimentos na área de influência do Revis
- f) ( ) Analisar orçamento da unidade
- g) ( ) Troca de informações sobre a unidade e entre os conselheiros
- h) ( ) Resolução de Conflitos
- i) ( ) Divulgar a Unidade de Conservação
- j) ( ) Outro: \_\_\_\_\_

**13. Numa escala de 1 a 5, quais as suas principais motivações para participar deste Conselho Consultivo?**

1 – Não é motivação 2 – Baixa motivação 3 - Parcialmente motivado 4 – Motivado 5- Alta Motivação

- a) ( ) Ter maior conhecimento biológico sobre o Revis Ilha dos Lobos
- b) ( ) Contribuir para a elaboração de seu Plano de Manejo
- c) ( ) Contribuir para que o Revis Ilha dos Lobos seja de fato implementado
- d) ( ) Dar maior visibilidade a minha instituição
- e) ( ) Por caracterizar-se como um espaço democrático de participação
- f) ( ) Garantir que todos os setores da sociedade estejam representados
- g) ( ) Ajudar na conservação da natureza
- h) ( ) Outro: \_\_\_\_\_

**Muito obrigada!**

**APÊNDICE 2 - QUESTIONÁRIO PARA CONSELHEIROS DO REVIS ILHA DOS  
LOBOS**

Nome: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

**Percepção do papel do Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos**

1. Qual o objetivo de criação do REVIS Ilha dos Lobos?

---

---

---

---

---

---

2. No seu entendimento quais os principais conflitos que existem ou podem surgir em relação ao Revis?

---

---

---

---

---

3. Você tem receio de que alguma atividade que possa vir a ser liberada no Revis Ilha dos Lobos venha causar algum impacto negativo? Se sim, qual?

---

---

---

---

---

4. O que você, como conselheiro, deseja ver realizado em relação ao Revis Ilha dos Lobos?

---

---

---

---

---

**Percepção em relação ao conselho consultivo**

5. No seu entendimento qual o principal papel do conselheiro numa unidade de conservação como o Revis Ilha dos Lobos?

- 
- 
- 
- 
6. Você se comunica com outros integrantes da sua instituição/comunidade antes e/ou depois das reuniões do conselho? Para quê? (exemplos)

---



---



---



---

7. Da sua expectativa em relação ao conselho ou experiência em outros, qual a sua percepção em relação ao funcionamento do conselho do Revis Ilha dos Lobos?

---



---



---



---



---

8. Refletindo sobre o Conselho Consultivo do Revis Ilha dos Lobos, seu funcionamento e resultados: indique o grau de concordância para cada frase abaixo.  
 (1) Discorda Muito (2) Discorda; (3) Não concorda nem discorda; (4) Concorda; (5) Concorda plenamente; (n/s) não sabe ou prefere não responder.

	1	2	3	4	5	n/s
As diversas etapas de formação do conselho (como a caracterização do território, reuniões com setores, reunião de composição, etc) contribuíram para um maior entendimento dos objetivos do conselho do Revis Ilha dos Lobo						
A utilização de ferramentas participativas nas reuniões do conselho facilitam a participação dos conselheiros						
Os temas tratados em reuniões do Revis são relevantes e prioritários para a conservação do Revis e para os atores sociais envolvidos.						
O Conselho do Revis tem uma composição adequada de atores sociais para discutir os temas propostos.						

As reuniões do Conselho proporcionaram aprendizados que contribuíram para sua atuação na área.						
As reuniões do Conselho tem aumentado a confiança entre os diferentes atores envolvidos.						

**APÊNDICE 3 – ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA ELABORAÇÃO DO VÍDEO**

1. Porque preservar a ilha dos lobos?
2. Qual a importância da ilha dos lobos?
3. Qual a importância de participar do conselho?
4. Qual sua percepção em relação as etapas de formação do conselho?
5. Qual a tua expectativa, ou o que vocês imagina ver realizado em relação ao Revis Ilha dos Lobos?



## APÊNDICE 4 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada **“Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos: formação e caracterização do seu conselho consultivo”**. Esta pesquisa está vinculada ao meu projeto de mestrado desenvolvido na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) no âmbito do Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade. Meu nome é ALINE KELLERMANN e sou a pesquisadora responsável pela pesquisa com a orientação do Professor Paulo Henrique Ott (Uergs) e coorientação do Analista Ambiental Walter Steenbock (ICMBio).

Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à pesquisadora responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador responsável, via e-mail (kellermann\_aline@yahoo.com.br) e, inclusive, sob forma de ligação, através do seguinte contato telefônico: (51) 3664 4874. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, CEP-UERGS pelo telefone (51)3228-1731

### **Informações Importantes sobre a Pesquisa:**

#### **1. Título: “Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos: formação e caracterização do seu conselho consultivo”**

A Ilha dos Lobos foi decretada unidade de conservação federal em 1983, entretanto, somente após 33 anos, esta unidade teve seu conselho consultivo formado. Assim, objetivou-se registrar o processo de formação do conselho do Refúgio de Vida Silvestre (Revis) Ilha dos Lobos, identificar o perfil dos conselheiros e a sua impressão sobre o conselho consultivo e ao papel do Revis Ilha dos Lobos. Para isso, será aplicado um questionário e feita algumas entrevistas com alguns conselheiros do Revis Ilha dos Lobos. Além disso, será feito um vídeo com alguns depoimentos dos conselheiros para caracterizar o que é um conselho de uma unidade de conservação e as etapas de formação do conselho consultivo do Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos. Este vídeos poderá ser utilizado pelo ICMBio como exemplo no processo de formação de conselho de outras unidades de conservação federais.

Os pesquisadores serão os únicos a ter acesso aos dados dos questionários e entrevistas e comprometem-se em tomar todas as providências necessárias para manter o sigilo de cada participante. Os resultados das entrevistas e questionários poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas ou em outros fóruns participativos e mostrarão apenas os

resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição ou qualquer informação relacionada à sua privacidade.

Durante a entrevista poderão ser obtidas cópias gravadas da conversa para análise, assim como imagens e vídeos. Desta forma, manifeste sua posição em relação ao uso de imagem:

(     ) Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa;

(     ) Não permito a publicação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.

## **2. Riscos**

Como toda ação humana, toda pesquisa tem riscos. Cada pesquisa tem seus riscos específicos, assim identificamos alguns possíveis riscos desta pesquisa como: desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento durante gravações de áudio e vídeo, também é possível ocorrer cansaço ou aborrecimento ao responder questionários.

Como forma de minimizar os riscos, as perguntas serão objetivas e os questionários serão curtos para que a entrevista não seja longa.

Caso não se sinta a vontade em dar alguma resposta você tem todo o direito de não fazê-lo ou pedir que a informação não seja registrada para evitar qualquer desconforto relacionado ao seu posicionamento. E sinta-se absolutamente à vontade em deixar de participar da pesquisa a qualquer momento, sem ter que apresentar qualquer justificativa. Ao decidir deixar de participar da pesquisa você não terá qualquer prejuízo no restante das atividades.

## **3. Benefícios individuais e coletivos**

O conselheiro, a curto prazo, terá poucos benefícios. Entretanto sua contribuição na pesquisa poderá trazer alguns benefícios à sociedade, como: auxiliar na identificação do perfil do conselheiro do Revis Ilha dos Lobos, contribuir para os direcionamentos do conselho, poderão sentir-se motivados e valorizados por poderem manifestar suas percepções em relação ao Revis Ilha dos Lobos. A longo prazo, poderão identificar a importância da sua atuação como participantes do conselho e desta pesquisa.

A participação da pesquisa é voluntária e, portanto, você não terá qualquer compensação financeira pela sua participação. Entretanto você também não terá nenhum custo com a sua participação. Despesas com deslocamento, quando necessários, serão custeadas pela pesquisadora.

## **Consentimento da Participação na Pesquisa:**

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito(a) sob o RG/ CPF \_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “**Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos: formação e caracterização do seu conselho consultivo**”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisadora responsável, Aline Kellermann, sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

---

Assinatura do(a) participante

---

Assinatura da pesquisadora responsável

**ANEXO 1 – PORTARIA DE CRIAÇÃO DO CONSELHO GESTOR**

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 101, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2016

Cria o Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos, no estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 02127.000031/2016-35).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, no uso das competências atribuídas pelo artigo 21 do Decreto nº. 7.515, de 8 de julho de 2011, e pela Portaria nº. 2.154/Casa Civil, de 7 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 08 de novembro de 2016, Considerando o disposto na Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, bem como no Decreto no 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta;

Considerando o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, instituído pelo Decreto nº 5.758/2006, que prevê como estratégias para aprimorar o planejamento e a gestão do SNUC o estabelecimento e a promoção do funcionamento dos conselhos das unidades de conservação, bem como o apoio à participação efetiva dos representantes das comunidades locais nos conselhos; Considerando o Decreto nº 8.243/2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social – PNPS;

Considerando o Decreto Nº 88.463, de 4 de julho de 1983, que criou o Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 09, de 5 de dezembro de 2014, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais; e

Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação no Processo ICMBio nº 02127.000031/2016-35, resolve:

Art. 1º Criar o Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos, com a finalidade de contribuir para o efetivo cumprimento dos objetivos de criação e implementação desta unidade de conservação.

Art. 2 O Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos é composto por setores representativos do Poder Público e da Sociedade Civil, considerando as peculiaridades regionais e observando-se o critério de paridade, na forma seguinte:

I ÓRGÃOS PÚBLICOS:

- a) Órgãos públicos ambientais dos três níveis da Federação;
- b) Órgãos do Poder Público de áreas afins, dos três níveis da Federação.

II USUÁRIOS DO TERRITÓRIO:

- a) Setor de Pesca;
- b) Setor de Recursos Hídricos;
- c) Setor de Turismo; e
- d) Setor de Agricultura.

III ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) ONGs ambientalistas.

IV INSTITUIÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO;

- a) Universidades e Instituições de Ensino e Pesquisa.

§1º O quantitativo de vagas e a relação das instituições representantes de cada setor são aqueles definidos pelo Conselho, observando-se o critério da paridade, devidamente registrados em ata de reunião e homologados pelo Coordenador Regional competente do Instituto Chico Mendes.

§2º As futuras modificações do quantitativo de vagas e da relação das instituições representativas dos setores serão definidas pelo Conselho e submetidas pelo chefe do Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos ao Coordenador Regional competente do Instituto Chico Mendes, para análise e homologação.

Art. 3 O Conselho Consultivo será presidido pelo chefe ou responsável institucional do Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos, que indicará seu suplente.

Art. 4º A modificação na composição dos setores representados no Conselho Consultivo será decidida em reunião específica, com o devido registro em ata, com

vistas à publicação de nova portaria assinada pelo Coordenador Regional competente do Instituto Chico Mendes.

Art. 5º As atribuições, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos são previstas no seu regimento interno.

Art. 6º O Conselho elaborará o seu Plano de Ação e avaliará a efetividade de seu funcionamento. Parágrafo único. O Plano de Ação e o resultado da avaliação do Conselho devem ser enviados à consideração da Coordenação Regional, que o remeterá à Coordenação Geral de Gestão Socioambiental para fins de acompanhamento.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO JOSÉ SOAVINSKI

## ANEXO 2 – TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO CONSELHO

02127.000031/2016-35

Número Sei:1018915



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
 INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE  
 COORDENAÇÃO REGIONAL 9 - FLORIANÓPOLIS/SC  
 Rodovia Maurício Sirotsky Sobrinho, s/nº - KM 02, - Bairro Jurerê - Florianópolis - CEP 88053700  
 Telefone: (48)32822617

### Termo de Homologação nº 1/2017

O Coordenador Regional do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade na 9ª Região, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução Normativa ICMBio nº 09/2014,

Considerando a Portaria ICMBio nº 101/2016, que cria o Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos, conforme o Processo ICMBio nº 02127.000031/2016-35

Considerando a documentação apresentada pelas instituições que representarão os setores do Poder Público e da Sociedade Civil no referido Conselho, conforme os Processos nº 02127.000031/2016-35 e 02127.011401/2016-60;

Considerando a metodologia utilizada para definição das instituições representativas, bem como o processo decisório democrático junto aos setores representados; e

Considerando o atendimento aos princípios e as diretrizes previstas na Instrução Normativa ICMBio nº 09/2014.

**HOMOLOGA o quantitativo de vagas e a relação das instituições representativas de cada setor que compõem o Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos, descritos na lista anexa.**

Florianópolis, 06 de março de 2017



Documento assinado eletronicamente por Jorge Luiz Pegoraro, Coordenador(a), em 07/03/2017, às 20:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador 1018915 e o código CRC 4B40F40F.

**Instituições representativas dos setores que compõem o  
 Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos  
 Portaria ICMBio nº 101/2016.**

### I - ÓRGÃOS PÚBLICOS

**a) Órgãos públicos ambientais, dos três níveis da Federação – 03 vagas:**

1. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, representado pelo Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos – REVIS Ilha dos Lobos, sendo um titular e um suplente;
2. Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Sul, representada pela Divisão de Unidades de Conservação – DUC, sendo um titular e um suplente;
3. Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Urbanismo de Torres/RS, como titular, e Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Passo de Torres – SC como suplente.

**b) Órgãos do Poder Público de áreas afins, dos três níveis da Federação – 3 vagas:**

1. Marinha do Brasil, representada pelo Comando do 5º Distrito Naval, sendo um titular e um suplente;
2. Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul, representada pela Polícia Ambiental/3º Pelotão Ambiental - PATRAM, como titular, e Secretaria da Justiça e da Segurança, representada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul, como suplente;
3. Coordenação Regional de Educação – Osório - RS – 11ºCRE, como titular, e Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Passo de Torres – SC como suplente.

**II – USUÁRIOS DO TERRITÓRIO**

**a) Setor Pesca – 2 vagas:**

1. Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-7, sendo um titular e um suplente;
2. Colônia de Pescadores Z -18, sendo um titular e um suplente.

**b) Setor de Recursos Hídricos - 2 vagas:**

1. Cooperativa Regional Agropecuária Sul Catarinense – Coopersulca, como titular, e Associação de Irrigantes do Rio Mampituba- AIRIM, como suplente;
2. Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN - Torres, como titular, e Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação do Rio Grande do Sul, representada pelo Instituto Riograndense de Arroz -IRGA como suplente.

**c) Setor de Turismo – 3 vagas:**

1. Secretaria Municipal de Turismo de Torres/RS, sendo um titular e um suplente;
2. Associação dos Surfistas de Torres – AST, sendo um titular e um suplente;
3. Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Osório – SHRBS-LN, sendo um titular e um suplente.

**d) Setor de Agricultura – 1 vaga:**

1. Prefeitura Municipal de Torres, representada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e da Pesca de Torres/RS, sendo um titular e um suplente vago.

**III – ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL**

**a) ONGs ambientalistas - 4 vagas:**

1. Instituto Curicaca, sendo um titular e um suplente;
2. Onda Verde, como titular, e Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental – NEMA como suplente;
3. Pró-Squalus, como titular e suplente;
4. Grupo de Estudos de Mamíferos Aquáticos do Rio Grande do Sul – GEMARS, sendo um titular e um suplente.

**IV – INSTITUIÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

**a) Universidades e Instituições de Ensino e Pesquisa – 4 vagas:**

1. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, representada pelo Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos - CECLIMAR, sendo um titular e um suplente;



2. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, sendo um titular e um suplente;
3. Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS, representada pelo Programa de Pós-Graduação em Biologia, sendo um titular e um suplente;
4. Universidade Federal do Rio Grande– FURG, como titular, Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, como suplente.

**ANEXO 3 – CONVITE PARA REUNIÃO DE POSSE DOS CONSELHEIROS**

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE  
REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE DA ILHA DOS LOBOS**

Convite Nº 005/2016

Torres, 01 de novembro de 2016.

O REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE DA ILHA DOS LOBOS, convida os representantes das instituições conselheiras do seu Conselho Consultivo a participarem da reunião de posse dos conselheiros que realizar-se-á no município de Torres/RS.

Data: **22 de novembro de 2016** (terça-feira)

Período: **manhã e tarde** (das 09hs até 12hs e das 14hs às 17hs)

Local: Auditório da Colônia dos Pescadores Z7

(Rua General Firmino Paim, nº800 – Torres/RS)

**Proposta de pauta:**

- Posse dos conselheiros;
- Elaboração do Regimento Interno do Conselho Consultivo;
- Definição do calendário de reuniões de 2017;
- Outros informes de gestão;
- Assuntos gerais.

Solicitamos que entrem em contato através do e-mail [revisilahdoslobos@icmbio.gov.br](mailto:revisilahdoslobos@icmbio.gov.br) ou pelo fone (51) 3664 4874 até o dia 18/11/2016 para confirmar participação na reunião.

Atenciosamente,

A handwritten signature in blue ink, reading 'Aline Kellermann', is positioned above the printed name.

**ALINE KELLERMANN**

Analista Ambiental - ICMBio

Chefe do Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos

## ANEXO 4 – REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO



### REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO CONSULTIVO DO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE DA ILHA DOS LOBOS

#### CAPÍTULO I - DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º O Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre Ilha dos Lobos criado pela Portaria ICMBio nº 101, de 09 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 10 de novembro de 2016, é regido pela Lei 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, o Decreto Nº 4.340 de 22 de agosto de 2002, a Instrução Normativa ICMBio nº 9, de 05 de dezembro de 2014 e pelo presente Regimento Interno.

Parágrafo único – Fica convencionado que Revis é a abreviatura de Refúgio de Vida Silvestre.

Art. 2º O Conselho é uma instância colegiada consultiva, integrante do Sistema de Gestão do Revis Ilha dos Lobos e tem por finalidade contribuir para a efetiva implantação e cumprimento dos objetivos de criação do Revis Ilha dos Lobos.

#### CAPÍTULO II – DA MISSÃO E DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 3º O Conselho tem por missão contribuir e atuar para a efetividade da gestão do Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos, com participação dos diversos setores da sociedade, promovendo o diálogo, a educação ambiental e a gestão de conflitos, garantindo a finalidade de criação da Unidade de Conservação.

Art. 4º O Conselho tem por atribuições, sem prejuízo das atribuições gerais definidas no artigo 20 do Decreto nº 4.340/2002 e na Instrução Normativa nº 09, de 05 de dezembro de 2014, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade:

- I – Apoiar a efetividade da conservação da biodiversidade e contribuir para o cumprimento dos objetivos desta unidade de conservação federal;
- II – Propor, orientar e acompanhar ações, projetos e programas para o melhor funcionamento do Revis Ilha dos Lobos, garantindo uma gestão participativa e transparente;
- III - Acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo e seus programas, garantindo seu caráter participativo;
- IV – Manifestar-se junto aos órgãos competentes, sobre obras ou atividades potencialmente causadoras de impactos socioambientais na área do Revis Ilha dos Lobos, sua Zona de

Amortecimento e Entorno, bem como sobre a destinação dos recursos oriundos de compensação ambiental;

V – Buscar a integração entre o Revis Ilha dos Lobos, seu entorno e instituições parceiras;

VI - Articular apoio político e institucional visando à consolidação do Revis Ilha dos Lobos;

VII - Propor formas de gestão e solução de conflitos em articulação com os setores envolvidos;

VIII – Elaborar e implementar o Plano de Ação, com cronograma de atividades e mecanismos de avaliação continuada, em conjunto com o planejamento da unidade de conservação.

### **CAPÍTULO III - DA COMPOSIÇÃO**

Art. 5º O Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos é composto por setores representativos do Poder Público e da Sociedade Civil, considerando as peculiaridades regionais e observando-se o critério de paridade, na forma seguinte:

I – Órgãos Públicos;

II – Usuários do Território;

III – Organizações da Sociedade Civil;

IV – Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 6º O Conselho será presidido pelo chefe do Revis Ilha dos Lobos e o seu suplente será um servidor do ICMBio indicado por ele ou pela Coordenação Regional competente.

Art. 7º O quantitativo de vagas e a relação das instituições representativas de cada setor serão definidos por maioria simples do Conselho, com o devido registro em ata de reunião, submetidas pela chefia da UC à Coordenação Regional para fins de homologação.

### **CAPÍTULO IV - DA ESTRUTURA**

Art. 8º A estrutura organizacional do Conselho Consultivo do Revis Ilha dos Lobos é composta por:

I. Presidência;

II. Secretaria Executiva;

III. Plenária;

IV. Câmaras Temáticas;

V. Grupos de Trabalho.

Art. 9º Os representantes, titulares e suplentes, das instituições representativas dos setores que compõem o Conselho Consultivo serão denominados Conselheiros.

#### **Da Presidência**

Art. 10º A Presidência do Conselho será exercida pela chefia do Revis Ilha dos Lobos.

Parágrafo único – Na ausência da Presidência, a coordenação dos trabalhos ficará a cargo do suplente ou pessoa designada pelo ICMBio para esta função.

Art. 11º Compete ao Presidente do Conselho do Revis Ilha dos Lobos:

- I – Dar posse e exercício aos conselheiros;
- II – Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias da Plenária, com antecedência mínima de 15 dias, conforme estabelecido neste regimento;
- III – Presidir as sessões das Plenárias ordinárias e extraordinárias;
- IV – Submeter à Plenária expediente oriundo da Secretaria do Conselho;
- V – Representar o Conselho do Revis Ilha dos Lobos ou delegar sua representação;
- VI – Homologar e fazer cumprir as decisões do Conselho do Revis Ilha dos Lobos;
- VII – Orientar o funcionamento da Secretaria do Conselho;
- VIII – Tomar decisões, de caráter urgente, sem apreciação da Plenária, as quais devem ser imediatamente comunicadas aos conselheiros e submetidas à Plenária na próxima reunião plenária do Conselho do Revis Ilha dos Lobos;
- IX – Fornecer informações necessárias ao adequado funcionamento do Conselho do Revis Ilha dos Lobos;
- X – Dar o voto de qualificado quando houver empate nas deliberações da Plenária;
- XI – Encaminhar e/ou autorizar a divulgação para a sociedade das proposições, recomendações, moções, deliberações e demais comunicados do Conselho do Revis Ilha dos Lobos, com prazo determinado na memória.
- XII – Resolver os casos não previstos neste Regimento, submetendo posteriormente à plenária.

### **Da Secretaria Executiva**

Art. 12º São atribuições da Secretaria Executiva:

- I – Assessorar administrativamente a Presidência;
- II – Executar os trabalhos que lhe forem atribuídos pela Presidência;
- III – Receber a correspondência, para despacho do Presidente, distribuir processos, organizar e remeter a documentação para arquivamento no escritório de administração do Conselho do Revis Ilha dos Lobos;
- IV – Colher dados e informações necessárias à contemplação das atividades do Conselho;
- V – Apoiar na organização das reuniões;
- VI – Encaminhar o convite de convocação para as reuniões do conselho, elaborado pelo presidente, aos conselheiros e registrar o recebimento do convite pelos conselheiros;
- VII – Receber dos conselheiros as sugestões de inclusão de assuntos na pauta de reuniões e propor a pauta nas reuniões para aprovação da plenária;
- VIII – Registrar e informar as ausências dos conselheiros à Presidência;
- IX – Lavrar as atas e relatórios das reuniões e encaminhar aos demais conselheiros juntamente com o convite da próxima reunião do Conselho;

X – Registrar as solicitações de correções da ata e apresentar aos demais conselheiros na reunião ordinária para sua aprovação.

Art. 13º Os serviços de Secretaria Executiva do Conselho serão desenvolvidos por um(a) secretário(a) e subsecretário(a) eleitos pelo Conselho e suas atividades terão apoio técnico, operacional e administrativo dos servidores da sede do Revis Ilha dos Lobos.

Art. 14º Para a escolha do secretário e subsecretário, cada conselheiro indicará um nome e, depois de verificada a disposição dos indicados, será feita uma eleição, sendo o primeiro colocado o secretário e o segundo, o subsecretário.

§ 1º - Qualquer membro do Conselho, à exceção de seu presidente e de seu suplente, poderá exercer as funções de secretário e subsecretário;

§ 2º - O subsecretário substituirá o secretário nas suas ausências e impossibilidades;

§ 3º - O mandato do secretário e do subsecretário será de dois anos, podendo ser reconduzido por igual período, mediante decisão motivada do Conselho e o devido registro em ata;

§ 4º - Em caso de saída do conselheiro que ocupa o cargo de secretário, o subsecretário assumirá a função e haverá eleição para um novo subsecretário;

§ 5º - Em caso de saída do conselheiro que ocupa a função de subsecretário, haverá nova eleição para o cargo.

### **Das Câmaras Temáticas**

Art. 15º A Presidência do Conselho poderá, ouvidos os demais membros, constituir Câmaras Temáticas - CT.

Art. 16º As CT têm por finalidade realizar uma abordagem mais profunda dos processos e/ou assuntos submetidos ao Conselho, analisando e propondo soluções.

§ 1º - Os resultados dos trabalhos das CT serão apresentados e discutidos em plenária;

§ 2º - As CT serão formadas por, no mínimo, três membros do Conselho, titulares ou suplentes, devendo haver um Coordenador e um Relator;

§ 3º - A composição será sugerida pela Presidência ou pelos Conselheiros e aprovada pela Plenária;

§ 4º - Na composição das CT deverá ser considerada a competência e a afinidade das representações com o assunto a ser discutido;

§ 5º - É facultada a participação de representantes externos, quando pertinente;

Art. 17º As decisões das CT serão tomadas, preferencialmente, por consenso. Quando necessário, serão tomadas por votação por maioria simples entre seus membros, cabendo o voto de desempate ao Coordenador.

Art. 18º As CT poderão estabelecer regras específicas para seu funcionamento, desde que aprovadas pela maioria de seus membros, obedecendo ao disposto neste Regimento.

## **Dos Grupos de Trabalho**

Art. 19º Os Grupos de Trabalho - GT são instâncias de apoio ao Conselho para discutir assuntos específicos, com caráter temporário.

Art. 20º Os GT têm maior relação com atividades ligadas ao planejamento e execução das ações previstas no Plano de Ação do Conselho.

Art. 21º Os GT terão sua composição definida pelo Plenário, observado o interesse dos setores representados no Conselho e a natureza da matéria a ser tratada.

Parágrafo único – É facultada a participação de representantes externos, quando pertinente.

Art. 22º Os GT deverão elaborar pareceres, relatórios e estudos, no âmbito de sua competência, definida no ato de sua instituição.

Art. 23º Os GT serão dissolvidos quando esgotados os assuntos relativos às matérias submetidas a sua apreciação ou por decisão do presidente do Conselho.

## **Da Plenária**

Art. 24º A Plenária será a instância superior de decisão do Conselho do Revis Ilha dos Lobos, sendo constituída pelos conselheiros oficialmente indicados pelas Instituições-membro arroladas no Termo de Homologação do Conselho do Revis Ilha dos Lobos.

Art. 25º Os assuntos a serem submetidos à apreciação da Plenária, em conformidade com o estabelecido neste regimento, poderão ser apresentados por qualquer um dos membros do Conselho.

Art. 26º À Plenária compete:

- I – Analisar e opinar sobre assuntos encaminhados à sua apreciação;
- II – Discutir e votar matérias relacionadas ao cumprimento das finalidades do Conselho previstas neste Regimento Interno;
- III – Discutir e aprovar as atas das reuniões do Conselho;
- IV – Discutir e deliberar sobre as propostas de mudança de composição do Conselho;
- V – Aprovar ou rejeitar indicações de novos membros para a composição do Conselho;
- VI – Apresentar moções de congratulações ou repúdio;
- VII – Criar e extinguir Grupos de Trabalho e Câmaras Temáticas para fins específicos;
- VIII – Apreciar, aprovar ou recusar pareceres, recomendações e conclusões dos Grupos de Trabalho e Câmaras Temáticas;
- IX – Elaborar e alterar o Regimento Interno do Conselho Consultivo.

Art. 27º A plenária do Conselho será composta pela Presidência, Secretaria Executiva e os Conselheiros.

Parágrafo 1º: Todos os conselheiros, titulares e suplentes, têm direito a voz. Somente terão direito a voto os Conselheiros Titulares. Os Conselheiros Suplentes terão direito a voto, quando da ausência do respectivo Conselheiro Titular.

§ 2º – Em temas em que há necessidade de decisão, a Plenária buscará traçar encaminhamento sempre que possível por consenso. Nos casos em que não chegar ao consenso, decidirá, após as discussões, com base na maioria simples dos presentes.

Art. 28º Das reuniões da Plenária serão lavradas atas pela Secretaria Executiva e submetidas aos Conselheiros para aprovação na reunião subsequente.

## **CAPÍTULO V - DAS REUNIÕES**

Art. 29º A plenária do Conselho reunir-se-á:

§ 1º - Ordinariamente, quatro vezes ao ano, conforme data, horário e local definidos no ato da convocação, sendo o calendário para o ano seguinte definido na última reunião do ano anterior;

§ 2º - As reuniões são públicas e serão realizadas, preferencialmente, em dias alternados da semana para facilitar a participação do maior número possível de Conselheiros;

§ 3º - Extraordinariamente, quantas vezes forem necessárias, por iniciativa do Presidente do Conselho ou da maioria simples de seus membros, mediante justificativa, convocada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento da solicitação.

Art. 30º As reuniões do Conselho terão início, respeitando o número de conselheiros presentes, de acordo com a seguinte ordem de abertura:

- I. Em primeira convocação, com a presença de 1/3 (um terço) dos Conselheiros, sem a realização de votações;
- II. Após 30 (trinta) minutos da primeira convocação, com caráter deliberativo, podendo-se realizar votações de assuntos que estejam definidos na pauta do dia.

§ 1º - Havendo quórum para iniciar as votações (após 30min com 1/3 dos conselheiros), as decisões do Conselho serão tomadas com base na maioria simples dos membros do Conselho presentes na reunião;

§ 2º - Caso um assunto seja incluído na pauta de duas reuniões consecutivas e não haja quórum suficiente para a sua votação, na reunião subsequente, o assunto poderá ser discutido e votado com base na maioria simples dos membros do Conselho presentes na reunião;



§ 3º - Em caso de empate, o voto qualificado será da presidência do Conselho, sendo necessária apresentação de justificativa/fundamentação.

Art. 31º As reuniões do Conselho, preferencialmente, obedecerão a seguinte ordem:

- I. Instalação dos trabalhos pela Presidência do Conselho;
- II. Retorno de encaminhamentos da última reunião, informes de gestão e, posteriormente, seguimento da pauta com devido quórum;
- III. Apresentação e discussão dos destaques previamente enviados pelos conselheiros sobre a ata da reunião anterior e sua aprovação final;
- IV. Apresentação, discussão e encaminhamento da pauta do dia;
- V. Encerramento da reunião pela Presidência do Conselho.

§ 1º - A pauta das reuniões deverá ser enviada, preferencialmente, junto com a convocação com o prazo de 15 (quinze) dias de antecedência à reunião ou, no mínimo, 7 (sete) dias de antecedência a sua realização;

§ 2º - As atas de cada reunião serão enviadas, por correio eletrônico, até 15 (quinze) dias antes de cada reunião, tendo os conselheiros o prazo de até 2 (dois) dias úteis antes da reunião para manifestações, que devem ser enviadas à Secretaria Executiva com cópia para todos os conselheiros. Os destaques apontados pelos conselheiros, se necessário, serão discutidos e aprovados na reunião ordinária subsequente.

## **CAPÍTULO VI – DO MANDATO, DA HABILITAÇÃO, VACÂNCIA E PERDA DO MANDATO**

Art. 32º O mandato do conselheiro é de caráter voluntário e não remunerado, sendo ainda considerado de relevante interesse público, conforme o art. 17º, § 5º, do Decreto 4340/2002.

Art. 33º O presidente do Conselho solicitará às representações de cada instituição mencionadas no Termo de Homologação conforme art. 7º deste Regimento Interno a indicação dos conselheiros titulares e seus respectivos suplentes.

§ 1º - A indicação dar-se-á através de documento oficial dirigido ao presidente do Conselho, no prazo máximo de trinta dias após o recebimento da solicitação;

§ 2º - A instituição deverá formalizar a substituição do conselheiro quando expirar o prazo de mandato do mesmo ou a qualquer tempo;

§ 3º - Um conselheiro não poderá representar mais de uma instituição.

Art. 34º Os conselheiros, representantes das instituições-membro do Conselho estabelecidas no Termo de Homologação, terão mandato de 02 (dois) anos, contados da data da posse, podendo ser renovado por igual período, mediante decisão do próprio Conselho e o devido registro em ata de reunião.

§ 1º - Antes de findar o mandato, será realizada consulta às instituições-membro sobre o interesse em permanecer no Conselho e indicação de seu conselheiro;

§ 2º - A instituição-membro poderá formalizar a justificativa de substituição do conselheiro quando expirar o prazo de mandato do mesmo, ou, a qualquer tempo, por motivo de força maior;

§ 3º - Findado o prazo de dois mandatos consecutivos do mesmo conselheiro titular, não havendo outro representante da instituição-membro a ser indicado, o plenário poderá decidir de forma motivada pela permanência da instituição com devido registro em ata de reunião.

Art. 35º Poderá perder a condição de instituição-membro do Conselho Consultivo do Revis Ilha dos Lobos, a instituição que:

- I. Deixar de comparecer em 4 (quatro) reuniões ordinárias ao longo do mandato;
- II. Após 3 (três) faltas, a Instituição deverá ser comunicada e questionada sobre a continuidade do interesse na participação;
- III. Deixar de comparecer, no caso das titulares, em mais de 50% (cinquenta por cento) e, no caso das suplentes, em mais de 75% (setenta e cinco por cento) da soma das reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas ao longo do período de 1 (um) mandato;
- IV. Solicitar o seu descredenciamento oficialmente ao Presidente do Conselho;
- V. For extinta ou deixar de atuar na região;
- VI. Por falta grave do Conselheiro, como descumprimento do regimento interno, má conduta, falta de decoro, atitude antiética, tratamento ofensivo, desacato as deliberações emanadas das reuniões com o intuito de perturbar o andamento da reunião e o funcionamento do Conselho.

§ 1º - As faltas nas reuniões do Conselho por conselheiro poderão ser abonadas mediante justificativa por escrito (impresa ou eletrônica) ao Presidente do Conselho, sendo permitido o abono de, no máximo, 2 (duas) faltas por ano;

§ 2º - As faltas graves mencionadas no item VI do art. 34º deverão ser discutidas e analisadas em Plenária e a definição das medidas a serem adotadas deverá ter aprovação da maioria simples do Conselho (metade máxima do quórum mais um);

§ 3º - Antes da adoção das medidas elencadas no § 2º do art. 34º, deve ser garantido o direito de ampla defesa ao Conselheiro.

Art. 36º Quando houver a vacância, a escolha da instituição será feita em plenária, obedecendo à paridade entre o poder público e a sociedade civil e a plena representatividade do respectivo setor do Conselho do Revis Ilha dos Lobos.

Parágrafo único – Deverá ser dada ampla divulgação da abertura da vaga do Conselho, principalmente no setor relativo à vaga.

## **CAPÍTULO VII – DA MODIFICAÇÃO DA COMPOSIÇÃO**

Art. 37º Ao longo do mandato, poderá haver discussões sobre mudanças e substituições de setores, de instituições e de número de vagas, conforme avaliação e deliberação dos conselheiros, em reunião ordinária com pauta específica para este assunto.

Art. 38º A modificação na composição do Conselho será feita por meio de publicação de portaria do Coordenador Regional competente, quando houver alteração dos setores representativos do Conselho.

Parágrafo único – A necessidade de modificação na composição dos setores representados no Conselho será previamente comunicada pela chefia do Revis Ilha dos Lobos à Coordenação Regional competente para acompanhamento técnico e posterior análise das etapas do processo.

Art. 39º Os procedimentos para modificação da composição do Conselho devem prever as diversas formas de divulgação de suas atividades, buscando envolver outros setores ou instituições que não estejam representados no Conselho.

Art. 40º Com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da reunião de modificação da composição do Conselho, o ICMBio, por meio da Presidência, em conjunto da Secretaria Executiva do Conselho, divulgará o cadastramento das entidades que pretendem compor o Conselho.

§ 1º - A divulgação para o cadastramento deverá esclarecer os requisitos e condições de participação;

§ 2º - A modificação da composição deve ser precedida por um processo de discussão sobre a pertinência da inclusão e/ou exclusão de algum setor;

§ 3º - Cada entidade, considerados os seus objetivos legais ou estatutários, somente poderá participar e cadastrar-se em um dos setores do Conselho.

Art. 41º A eleição de novas instituições-membro, para fins do disposto neste artigo, far-se-á pelo voto das entidades que compõem o Conselho na reunião de escolha, cujo tema deverá constar na pauta anteriormente divulgada.

Art. 42º As novas instituições eleitas, conforme art. 42º, uma vez notificadas, terão um prazo de 30 (trinta) dias para se manifestar quanto ao seu interesse em fazer parte do Conselho. A não manifestação dentro do prazo previsto implicará na sua substituição por outras entidades que representam o mesmo setor.

§ 1º - O Conselho deverá ser composto pelos representantes dos setores discriminados em Portaria, conforme Termo de Homologação. Caso alguma vaga do setor não seja ocupada, será declarada vacância para essa cadeira;

§ 2º - No processo de modificação, será dada preferência para aquelas instituições que integram o Conselho de forma frequente e participativa.

## **CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 43º O regimento poderá ser discutido e revisado a qualquer tempo, por meio de solicitação de um ou mais membros do Conselho.

§ 1º - A Presidência do Conselho encaminhará as propostas de alteração para discussão e, caso necessário, votação em Plenário;

§ 2º - A alteração proposta será aprovada se obtiver o voto favorável da maioria absoluta dos membros do Conselho, e deverá ser encaminhada à Coordenação Regional competente no ICMBio, para ciência e manifestação, se julgar necessário.

Art. 44º Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento serão solucionados pela Presidência do Conselho, ouvido o Plenário.

Torres, março de 2018.